

Justiça, Paz e Integridade da criação

Organização de
MARIA JULIETA MENDES DIAS



Ficha Técnica

Direcção

PAULO MENDES PINTO (ULHT) - ALFREDO TEIXEIRA (UCP)

Conselho de redacção

RUI A. COSTA OLIVEIRA
(COORDENAÇÃO)

Linha de Investigação em Religiões e Sociedade

JOÃO FERREIRA DIAS • JOSÉ CARLOS CALAZANS • MARIA JULIETA M. DIAS • PAULO BRANCO
PAULO MENDES • PORFÍRIO PINTO • SIMÃO DANIEL • TIMÓTEO CAVACO

Conselho editorial

CARLOS ANDRÉ CALVALCANTI (UFPa) • DIMAS DE ALMEIDA • FRANK USARSKI (Pontifícia Universidade de São Paulo, Brasil) • FRANCISCO CAMELO (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) • HENRIQUE PINTO • LUÍS MANUEL DE ARAÚJO (Instituto Oriental da Universidade de Lisboa) • TEOTÓNIO R. DE SOUZA (Director da Licenciatura em História da Universidade Lusófona)

Ficha do produto

Título: *Justiça, Paz e Integridade da Criação*

Autor: *Maria Julieta Mendes Dias, rscm*

Editor: © Edições Universitárias Lusófonas, 2012/RSCM

Direcção da Colecção: *Paulo Mendes Pinto*

Paginação, Impressão e acabamentos: *Clio - Artes Gráficas, Lda.*

Depósito Legal: 347306/12

ISBN: 978-989-8512-22-2

Tiragem: 500 exemplares

Edições on-line: <http://cienciareligioes.ulusofona.pt/>

Contactos

MARIA JULIETA MENDES DIAS, RSCM

JUSTIÇA, PAZ
E
INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

Lisboa

2012

Abreviaturas

RSCM > Religiosas do Sagrado Coração de Maria

IRSCM > Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria

FA SCM > Família Alargada do Sagrado Coração de Maria

JPIC > Justiça, Paz e Integridade da Criação

AT > Antigo Testamento

Miq > Miqueias (livro bíblico)

Act > Actos dos Apóstolos (livro bíblico)

Rm > Carta de S. Paulo aos Romanos

Mt > Evangelho segundo S. Mateus

Lc > Evangelho segundo S. Lucas

Jer > Jeremias (livro bíblico)

1Jo > Primeira Carta de S. João

Jo > Evangelho segundo S. João

Ecl > Eclesiastes (livro bíblico)

Prov > Provérbios (livro bíblico)

Tg > Carta de S. Tiago

Gn > Génesis (livro bíblico)

CMI > Conselho Mundial das Igrejas

Is > Isaías (livro Bíblico)

Índice

Prefácio	9
Introdução	13
I Justiça, Paz e Integridade da Criação: os conceitos estruturantes e a sua aplicação às Religiosas do Sagrado Coração de Maria ...	17
1. <i>Justiça</i>	17
2. <i>Paz</i>	19
3. <i>Integridade da Criação</i>	26
II Metodologia do Projecto	35
1. Questões lançadas às RSCM	35
2. Elaboração do Opúsculo de suporte às Jornadas	36
2.1 Dados da história do Instituto das RSCM	37
2.2 Espiritualidade / Carisma das RSCM	39
2.3. Marcos Históricos Contemporâneos	40
3. Realização das Jornadas	41
III Avaliação de cada passo	43
1. Questões lançadas às RSCM	43
1.1. <i>Paz</i>	43
1.2. <i>Integridade da Criação</i>	44
2. Elaboração do opúsculo	46
3. Realização das Jornadas	46
Conclusão	49
Bibliografia	57
Anexos	65
<i>Se queres a Paz, trabalha pela Justiça (1972)</i>	65
<i>Paz com Deus Criador , Paz com toda a Criação (1990)</i>	69
<i>Da Justiça de cada um nasce a Paz para todos (1998)</i>	78
<i>Se quiseses cultivar a Paz, preserva a Criação (2010)</i>	88
<i>Paz com Justiça para toda a Criação</i>	98

Fiéis à nossa herança,
atentas aos sinais dos tempos
e ao apelo da Igreja, comprometemo-nos
ao serviço da justiça evangélica seja qual for o nosso
ministério e o lugar onde o desempenhamos.

(Constituições das RSCM, 8)

Em todas as nossas obras e ministérios,
colaboramos com a acção de Deus
para a transformação do mundo,
pelo nosso compromisso no desenvolvimento integral
e na libertação da pessoa humana.

(Constituições das RSCM, 33)

Prosseguimos como mulheres consagradas no nosso
tempo. A nossa paixão por Jesus Cristo,
pela humanidade e pela totalidade da criação,
impulsiona-nos a tornar-nos, como Gailhac e as
nossas Irmãs fundadoras, tecedoras de esperança e de
vida para todos.

(Capítulo Geral das RSCM de 2007)

A salvaguarda da criação e a realização da paz
são realidades intimamente ligadas entre si.

(Bento XVI, Mensagem do Dia Mundial da Paz 2010)

Introdução

Apresentação e Objectivos

O Mestrado em Ciência das Religiões, para mim, não foi um objectivo a alcançar, mas um meio para concretizar a tarefa que me fora confiada: dinamizar as Religiosas do Sagrado Coração de Maria (RSCM), em Portugal, na linha da *Justiça, Paz e Integridade da Criação* (JPIC). Dinamizar um grupo supõe não trabalhar para os outros, mas trabalhar com outros.

Não me seduzia, pois, um trabalho individual, meramente teórico. Propus um trabalho centrado num Projecto com aplicação prática, envolvendo, desde já, as RSCM e apresentando, como resultado final, um *Relatório* de acções concretas.

Assim, a matéria deste Relatório é, precisamente, a apresentação e a análise da preparação e realização de Jornadas sobre a *Paz* (Outubro de 2008) e sobre a *Integridade da Criação* (Março de 2009). Não se realizou nenhuma sobre a *Justiça* porque, a partir de 1975, para as RSCM, a *Justiça evangélica* deixou de ser uma opção e passou a ser uma prioridade, fazendo parte da reflexão, oração e acção em todas as circunstâncias e etapas da vida.

A realização das Jornadas – primeiro momento do Projecto – pretendia que o envolvimento das RSCM não se traduzisse na mera aquisição de conhecimentos, mas no empenhamento pessoal de cada uma na procura, em conjunto, do caminho a seguir, cuja direcção apontava para a *Justiça, Paz e Integridade da Criação*, no trabalho de educação a que se dedicam, a vários níveis e em diversos campos.

Por isso, o capítulo dos conceitos não será um estudo exaustivo, mas tão só a apresentação de noções básicas – e apenas na sua vertente bíblica – de *Justiça / Paz / Integridade da Criação*, para fundamentar e provocar a reflexão/debate, que leve este Projecto à prática educativa. Portanto, o horizonte será sempre o compromisso das RSCM “no desenvolvimento e na libertação da pessoa humana”, como apontam as suas Constituições

(nº 33), através da educação em sentido lato. Será, também, uma forma concreta de incarnar o lema que nos move: *Para que todos tenham vida!*

Esta breve reflexão teórica é consequência das acções realizadas e inclui a síntese do que foi ventilado nas Jornadas sobre a *Paz* e a *Integridade da Criação*. Nela entra, também, o conceito de *Justiça* que parte da concepção do mundo como obra de Deus e que é apresentada como o valor supremo da vida. Praticar a *Justiça* é endireitar o que está torcido, é restabelecer a própria ordem do mundo. A *Paz* não é só a ausência de guerra e conflitos, é um estado de alma que leva à posse tranquila dos bens, da felicidade. Como diz João XXIII na *Pacem in Terris*, a “*Paz na terra, desejo profundo dos seres humanos de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus*”. Daí, não poder haver *Paz* entre as nações se não houver um especial culto interior e pessoal de paz. A *Paz* baseia-se na dignidade humana e na consciência livre, responsável e justa. Não se confunde com o pacifismo ingénuo, motivado pela indiferença e pelo egoísmo. A *Integridade da Criação* aponta para a criação, para a vida do Cosmos como um todo, num equilíbrio de forças, o que implica uma forte interdependência para tornar possível a harmonia e a plenitude entre todos os seres. Concretamente, o ser humano, pela sua criatividade responsável, é chamado a completar a criação divina, mas não pode ultrapassar determinados limites que levaria à destruição. Precisa da sabedoria que o levará a respeitar os interditos do Universo.

No segundo capítulo, apresenta-se a Metodologia usada na preparação e realização das Jornadas, descrevendo os vários passos, dado que teve lugar todo um trabalho de auscultação, reflexão e síntese, antes dos eventos públicos. São incluídos, neste capítulo, os subsídios encontrados para contextualizar a reflexão que se pretendia, tentando perceber se esta nova linguagem – *Paz, Justiça e Integridade da Criação* – teria alguma afinidade com o carisma do Instituto e se poderia ser o *aggiornamento* da herança recebida ou se era algo completamente novo. Para isso, foi elaborado um opúsculo com alguns dados da história do Instituto das RSCM, com elementos da nossa Espiritualidade/Carisma e com marcos históricos contemporâneos. Neste trabalho prévio de reflexão, participaram cerca de 300 religiosas. Na montagem deste Projecto, as Irmãs foram o ponto de partida e o de chegada.

O terceiro capítulo será dedicado à Avaliação, em termos específicos e globais, do trabalho realizado. Pode ser dito que o objectivo, de envolver activamente o maior número de irmãs, foi atingido. Na reflexão pessoal e comunitária que antecedeu as Jornadas, só as irmãs cuja doença as

impedia é que não participaram. Os momentos menos conseguidos – comentário à conferência sobre a Paz e não terem apresentado, por escrito, o resultado das “Mesas temáticas” – foram da minha inteira responsabilidade, pois não fui suficientemente assertiva como seria de esperar.

A breve Conclusão tenta fazer uma retrospectiva do caminho percorrido, desde a aceitação deste tipo de trabalho final de Mestrado em Ciência das Religiões e a elaboração do respectivo Relatório, passando pelas orientações dos últimos capítulos gerais e pelo carisma original do IRSCM. A “obrigatoriedade” em apresentar o conceito de *Paz/Justiça/Integridade da Criação*, sobretudo no campo bíblico, para além de fundamentar a acção actual das RSCM, fez-me entender que, hoje, a fidelidade à missão de levar vida – carisma do Instituto – é trabalhar pela *Paz, Justiça e Integridade da Criação*. Foi muito gratificante chegar à percepção do âmago bíblico destes conceitos e verificar que têm o mesmo sentido: estar em *paz* é entrar na harmonia, é viver na justiça e na integridade deste planeta que habitamos; praticar a *justiça* é refazer a harmonia perdida, é viver em paz na medida em que nos tornarmos mais próximos dos outros, vendo neles a outra metade de nós mesmos; e isso é preservar a *integridade da criação* e, assim, estamos a colaborar com Deus na obra da Criação.

A Conclusão finaliza, pois, o início do Projecto, cujo Relatório foi apresentado para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência das Religiões, conferido pela Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias sob a orientação do Doutor Guilherme d’Oliveira Martins. A Bibliografia consultada excede o âmbito deste Relatório. Considerei, no entanto, que seria oportuno incluir nele obras sobre estas questões que poderão ajudar em reflexões futuras. Houve a preocupação de reunir um conjunto bibliográfico acessível à maior parte das irmãs, isto é, obras em português, francês e espanhol ou traduções.

O Relatório apresentava, em Anexos, a ilustração do processo desenvolvido, seguindo os vários passos, assim como o apoio informático das Jornadas e que achei não ter interesse para reflexões futuras. Resolvi substituí-los por quatro Mensagens do dia mundial da Paz que falam, explicitamente, da Paz, Justiça e Integridade da Criação. Juntei, também, as *Afirmações e Compromissos* da Assembleia Ecuménica Europeia sobre *Paz com Justiça para toda a Criação*, que teve lugar em Basileia (Suíça), de 15 a 21 de Maio de 1989.

I

Justiça, Paz e Integridade da Criação: os conceitos estruturantes e a sua aplicação às Religiosas do Sagrado Coração de Maria

A expressão *Justiça, Paz e Integridade da Criação* abarca três conceitos que pretendo interligar, mas que importa, num primeiro tempo, analisar isoladamente, para melhor compreender o fio que os liga, dando a cada um a amplitude que, em separado, talvez não atingissem.

1. Justiça

Explicitamente, a *justiça* não foi considerada como objecto das Jornadas. No âmbito das RSCM, desde o Capítulo Geral¹ de 1975, que a *Justiça* já não é uma opção, mas uma prioridade em qualquer situação ou circunstância das RSCM porque, “fiéis à nossa herança, atentas aos sinais dos tempos e ao apelo da Igreja, comprometemo-nos ao serviço da *justiça evangélica*, seja qual for o nosso ministério e o lugar onde o desempenharmos”²

Neste contexto, a *justiça* não será abordada segundo a filosofia nem segundo a moral, mas em termos bíblicos, tendo consciência da complexidade deste conceito que, por vezes, atinge contradições ou, pelo menos, grandes dissonâncias, ao longo das Escrituras. Em termos latos, podemos olhar para o conceito de justiça, na Bíblia, em duas linhas distintas: uma, de alcance universal, parte da concepção do mundo como obra de Deus sem ter em conta qualquer povo em particular; outra, parte da justiça nas relações de Deus com Israel, seu povo. Neste trabalho,

1 Reunião periódica do Instituto com delegadas de todos os países onde estão as RSCM. Segundo as Constituições, *é a maior autoridade interna do Instituto [...], determina objectivos e estabelece prioridades para o Instituto* (§ 55).

2 Constituições das RSCM, nº8. O sublinhado é nosso.

apenas será tida em conta a noção de justiça radicada na Criação³, por razões expressas no título do próprio trabalho e na relação inevitável entre as palavras que lhe dão forma: *Justiça, Paz e Integridade da Criação*.

Tendo sempre presente que o AT é uma síntese complexa, podemos afirmar, como Gerhard Von Rad, que

“no Antigo Testamento, não existe outro conceito, com uma significação tão central para qualquer relação humana, como o da *justiça*. Não mede só as relações do ser humano com Deus, mas também as relações dos seres humanos entre si, chegando até às discórdias mais insignificantes, incluindo as suas relações com os animais e com o seu meio ambiente natural. Podemos, sem mais, designar *justiça* como o valor supremo da vida, sobre o qual descansa toda a vida quando está em ordem”⁴.

Não admira, pois, que o profeta Miqueias diga:

Já te foi revelado o que é bom, o que o Senhor requer de ti: nada mais do que praticares a justiça, amares a lealdade e andares humildemente diante do teu Deus (Miq 6,8).

A nossa palavra *justiça* não abarca toda a amplitude desse conceito bíblico, veiculado por dois termos hebraicos – *mispart e sedakah* – que podemos traduzir por: equidade, rectidão, integridade, honestidade, virtude, santidade e, também, juízo (discernimento).

No Novo Testamento,

“A *Justiça de Deus* é, por excelência, *justiça salvífica*: fiel à Aliança, o Deus Justo cumpre as suas promessas de salvação. Zela para estabelecer o que é recto e a felicidade sem, no entanto, se identificar com a *justiça comutativa* (equivalência das obrigações e das trocas). Raramente o termo é empregue para falar da *justiça judiciária* (veredicto, prescrições) ou distributiva (retribuição), nunca para falar da *justiça punitiva*”⁵.

3 Cf. Francolino J. Gonçalves, *Mundos Bíblicos*, in *Cadernos ISTA*, nº 18 – 2005, pp.7-30; *Exílio babilónico de “Israel”*. *Realidade histórica e propaganda*, Cadmo 10 (2000) 167-196; *Deux systèmes religieux dans l’Ancien Testament : de la concurrence à la convergence*, in *Annuaire de l’EPHE. Section des Sciences Religieuses*, t. 115 (2006-2007) 117-122.

4 Teología del Antiguo Testamento, Vol. I, Salamanca, Sígueme, 1978, p.453

5 Xavier Léon-Dufour, *Dictionnaire du Nouveau Testament*, Paris, Seuil, 1970.

Para Albert Nolan, “a Justiça na Bíblia é o estado de coisas em que tais coisas são rectas ou verdadeiras, o que quer dizer que são o que se supõe que devem ser, o que Deus quer que sejam. E a acção de praticar a justiça é a acção de pôr direito qualquer coisa que esteja torcida no mundo”⁶. É a própria ordem do mundo. É a ordem cósmica que se prolonga ou se manifesta também na cultura e nas instituições políticas e sociais.

Jesus é o Justo (Act 3, 14; 7, 52). Incarna, manifesta, a justiça de Deus (Rm 1, 17; 3, 21-26) e inaugura o novo projecto histórico de construção de um mundo justo: *o reino de Deus e a sua justiça* (Mt 6, 33). Deus é justo porque *ajustou* tudo, interligou tudo, na originalidade de cada criatura. O Reino de Deus é o mundo da plena harmonia⁷.

Segundo o Evangelho, praticar a justiça significa: ter compaixão, ter atitudes misericordiosas, amar o próximo. Jesus desafia-nos a imitar Deus: sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso; sede compassivos como o vosso Pai é compassivo; sede justos como o vosso Pai é justo (cf. Lc 6, 36). Compaixão/misericórdia e justiça são a própria natureza de Deus. De tal maneira que Jeremias pode dizer que a prática da justiça é o conhecimento de Deus (Jer 22, 16). Se não praticarmos a justiça, não teremos experiência de Deus porque Deus é justiça. João diz isso do amor (1Jo 4, 7-8) e diz algo, também muito semelhante, da justiça (1Jo 2, 29). Não há dicotomia entre justiça e amor na Bíblia⁸.

É esta *Justiça* que a RSCM está chamada a praticar *para que todos tenham vida e a tenham em abundância*⁹ (Jo 10,10; cf. Const. RSCM, nº7).

2. Paz

O que é a *Paz*? Esta palavra, derivada do latim *pax*, tem afinidades semânticas com o grego, *eirene*, com o hebraico, *shalom*, e com o árabe *aslama*¹⁰. É definida, geralmente, como um estado de calma, uma ausência

6 Albert Nolan, OP, *La Justicia en la Biblia*, in *La Justicia y la Verdad se encontraran*, Cuadernos Verapaz, nº 1, Salamanca, 1987, p. 58.

7 Cf. Frei Bento Domingues, o.p., *Símbolos do Sagrado na Justiça e na Religião*, in Tribunal da Relação de Lisboa, *Uma Casa da Justiça com Rosto*, p.233.

8 Cf. Albert Nolan, OP, *Op. cit.*, p.64

9 Lema das RSCM

10 Cf. Paulo Mendes Pinto: “Muslim é o participio activo do verbo *aslama*, palavra especializada no árabe moderno no sentido de “se tornar muçulmano”, “converter-se ao Islamismo”. É normal atribuir ao verbo *aslama* o sentido etimológico de “submissão”, e dizer que *muslim* significa literalmente “submetido (a Deus)”. Mas, de facto, a verdadeira etimologia da raiz implica uma diferença subtil: a raiz *slm* tem significado primordial de “ausência de contestação”, donde o sentido bem conhecido da palavra *salâm*, “paz”, “saúde”, no hebraico, língua próxima, *shalom*; desta forma, o verbo derivado *aslama* deveria significar “pôr-se de paz com” ou “fazer a paz”. Desta forma, num sentido muito mais abrangente, o muçulmano é, portanto, aquele que se

de perturbações que leva à posse tranquila dos bens, da felicidade. Não é só ausência de guerra e de desordem, mas conhecimento cordial, afectuoso. Em termos bíblicos, no Antigo Testamento, não é só o *tempo de paz* em oposição ao *tempo de guerra* (Ecl 3, 8), designa o bem-estar da existência quotidiana, o estado do ser humano que vive em harmonia com a natureza, com os outros, consigo próprio, com Deus, como nos indicam as raízes semânticas do hebraico e do árabe. A paz é o que está bem em oposição ao que está mal (Prov 12, 20). A paz é plenitude de felicidade. No Novo Testamento, *o fruto da justiça é semeado pacificamente para quem promove a paz* (Tg 3, 18). *O vai em paz*, dito por Jesus, é o encontro com a vida sã, salva, por quem estava doente ou tinha «pecado» (Lc 8, 48; 7, 50). Jesus torna direito o que estava torcido, repõe a integridade e isso é estar em paz¹¹: vai, já estás refeita!

Hoje, num mundo de guerras e de violências, como é o nosso, levanta-se a questão: como chegar à paz? Qual o caminho que pode levar à Paz?

Mahatma Gandhi (1869-1948) responderia: “Não existe caminho para a Paz. A Paz é o caminho”. Podemos questionar de novo: nesse caso, como entrar nesse caminho? Ou, então, como fazer esse caminho? António Machado, poeta sevilhano (1875-1939), cantava: “Faz-se caminho, caminhando”¹².

As frases feitas podem servir de bússola, de luzeiro de referência, de mola impulsionadora, como podem não passar de frases bonitas, mas estereis, para quem as repete.

O conceito de *paz* como caminho iluminou Deepak Chopra¹³ a fazer o caminho que é a Paz, caminhando através de sete práticas – uma por cada dia da semana – para viver em paz e ser pacificador. Este programa de vida¹⁴ pretendia responder afirmativamente à interrogação de M. Gandhi, seu mestre: “Podemos nós ser a mudança que queremos que haja no mundo?” Pretendia, também, alimentar o sonho do poeta americano Carl Sandburg (1878-1967): “Um dia haverá uma guerra e ninguém aparecerá”.

põe de paz com Deus, que coloca a existência de Deus e o seu poder acima de tudo” (<http://cienciasdareligioes.eu/wikipedia/index.php?title=Muc3%A7ulmano>).

11 Cf. Xavier Léon-Dufour, *Paix*, in *Dictionnaire du Nouveau Testament*, Paris, Seuil, 1970

12 *caminante, no hay camino, / se hace camino al andar*.

13 *A Paz é o Caminho para acabar com a guerra e a violência*, Sinais de Fogo – Publicações, Lisboa, 2007. Deepak Chopra, médico endocrinologista e natural da Índia, radicou-se nos EUA, onde se tornou uma figura de referência mundial. Foi-lhe atribuído o Prémio Einstein, pelo Albert Einstein Institute College of Medicine em colaboração com o *American Journal of Psychotherapy*. Com Oscar Arias e Betty Williams, laureados com o Prémio Nobel da Paz, fundou a *Alliance for the New Humanity*, uma organização empenhada na justiça social, na liberdade económica, no equilíbrio ecológico e na resolução de conflitos.

14 *Ibidem*, pp. 285-293: Domingo: Ser pela Paz; Segunda-feira: Pensar pela Paz; Terça-feira: Sentir a Paz; Quarta-feira: Falar pela Paz; Quinta-feira: Agir pela Paz; Sexta-feira: Criar pela Paz; Sábado: Partilhar pela Paz.

Para outros, nos finais do século XIX, a *Paz* seria uma realidade conquistada no século XX: pelo desenvolvimento tecnológico, garantindo a sobrevivência de toda a humanidade; pela ligação familiar, garantindo a boa relação entre Estados; e pelo compromisso de toda a classe operária em causas comuns.

Em vez disso, o século XX foi um século sangrento, desde a segunda década aos dias de hoje. Não seria porque se mantém muito vivo o ditado latino: *Si vis pacem para bellum* (Se queres a paz, prepara-te para a guerra)? Há quem diga que essa expressão não era um incentivo à guerra, mas uma exaltação à paz. No entanto, a história da humanidade demonstra que o resultado foi o desenvolvimento desenfreado da indústria bélica e a multiplicação das guerras.

No final da Segunda Guerra Mundial, essa constatação levou Dwight D. Eisenhower (1890-1969) a dizer:

“Cada arma fabricada, cada navio de guerra lançado, cada foguete disparado significa, no final das contas, um furto àqueles que sentem fome e não têm alimentos, àqueles que sentem frio e não têm agasalhos. Este mundo de armas não gasta apenas dinheiro. Gasta o suor dos seus trabalhadores, o génio dos seus cientistas, as esperanças das suas crianças”.

Talvez Gandhi esteja mais perto da sabedoria, fazendo da *Paz* caminho para o desenvolvimento que garanta, universalmente, a dignidade humana; caminho para as boas relações entre indivíduos e Estados; caminho que leve toda a classe operária a comprometer-se em boas causas comuns; caminho para a *Integridade da Criação*.

As sete práticas de Deepak Chopra, para os sete dias da semana, poderão evocar a semana bíblica da Criação: a cada dia correspondia uma tarefa, cujo resultado final foi muito bom: a «Criação» harmoniosa do céu e da terra com tudo aquilo que contém, a partir do Caos inicial (Gn 1, 31).

Sete foram, também, os pontos que teceram a Conferência da Jornada sobre a *Paz*¹⁵.

1. A Paz não é uma ausência de tensões, de conflitos, de diferenças, nem sequer é mera ausência de guerra. Essa seria o que, normalmente, se chama a «paz dos cemitérios». Percorrer a Paz exige uma vigilância

¹⁵ Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, Lisboa, 25. 10. 2008. O que se segue é um breve comentário a partir dos sete pontos desenvolvidos pelo conferencista.

constante para detectar as causas das tensões, dos conflitos, das diferenças que fazem parte de qualquer sociedade. Exige construir a paz dentro de nós para pacificar as tensões e os conflitos e para descobrir as riquezas que as diferenças podem trazer em vez de ver nelas, apenas, ameaças. Então, a *Paz dos corações*, paz dinâmica, não será sinónimo da *paz dos cemitérios*, mas de uma criação harmoniosa.

2. Percorrer a Paz implica trabalhar num desenvolvimento – económico, social e cultural – que, em vez de excluir, proporcione uma distribuição equitativa dos recursos; que, em vez de edificar barreiras, guetos, gerando separações e medos, saiba regular a conflitualidade própria da condição humana. Será uma boa forma de criar *condições de Paz*.
3. Percorrer a Paz exige viver a justiça, isto é, respeitar a dignidade humana de cada pessoa nos seus direitos fundamentais: liberdade de consciência e pensamento, igualdade equitativa de oportunidades e princípios que satisfaçam as necessidades básicas. Este caminho é feito, caminhando pela *justiça assumida como valor, como objectivo e como exigência*.
4. Percorrer a Paz – caminho sempre em construção – implica criar a necessidade do *diálogo* entre pessoas, sociedades, Estados, Religiões, civilizações e culturas para estabelecer as boas e múltiplas relações de convivência. Isto não acontece na ignorância. É preciso procurar um conhecimento mútuo. Neste mundo globalizado, torna-se imprescindível a convivência nas diferenças trazidas pelas políticas, pelas culturas, pelas religiões. No diálogo entre as Religiões é fundamental conhecer o fenómeno religioso na sua essência. Como observa Hans Küng:

“Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões sem *diálogo* entre as religiões. Não haverá *diálogo* entre as religiões sem critérios éticos globais. Não haverá sobrevivência do nosso planeta sem um ethos global, um ethos mundial”¹⁶.

5. Percorrer a Paz convida à recusa do pacifismo ingénuo porque, normalmente, ele brota da indiferença e do egoísmo. O caminho que é a Paz não pode ser assegurado pela indústria bélica. É necessário,

¹⁶ *Declaração para uma Ética Mundial*, aprovada pelo Parlamento Mundial das Religiões, em Chicago, em 1993.

porém, encontrar *estratégias de defesa* por meio da não-violência activa que nada tem de pacifismo ingénuo, mas também não pede a «preparação da guerra»¹⁷.

6. Percorrer a Paz exige a responsabilidade recíproca entre todos os seres humanos, entre todos os povos, no desenvolvimento dos *valores humanos* – a verdade, a justiça, o amor, a liberdade – sempre em construção inacabada.
7. João XXIII (Papa de 1958 a 1963), no seu último ano de pontificado, deixou um excelente instrumento de trabalho que pode constituir uma ajuda no percurso que é a Paz, lembrando que a vida humana se situa entre dois pólos: o profético e o político. Este imediatista, circunscreve-se no presente e aquele visa o horizonte, garante o futuro deste caminho transitável: a *Pacem in terris*¹⁸.

De acordo com o testamento de Alfred Nobel (1833-1896), em 1900 foi criada a *Fundação Nobel* para atribuir cinco prémios em áreas distintas: Química, Física, Medicina, Literatura e Paz Mundial. O Prémio Nobel da Paz deveria distinguir “a pessoa que tivesse feito a maior ou melhor acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz”. Foi entregue, pela primeira vez, em 1901.

Até hoje, o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a onze mulheres: Bertha Von Suttner, em 1905 (checoslovaca, amiga de Alfred Nobel e de quem terá partido a ideia, em 1892, da criação de um prémio que enaltecesse as pessoas que trabalham pela paz); Jane Addams, em 1931 (norte-americana, partilhou o Prémio com Nicholas M. Butler); Emily Bach, em 1946 (norte-americana); Betty Williams e Mairead Corrigan, em 1976 (irlandesas); Madre Teresa de Calcutá, em 1979 (albanesa, naturalizada indiana); Alva Myrdal, em 1982 (sueca); Aung San Suu Kyi, em 1991 (asiática); Rigoberta Menchu, em 1992 (guatemalteca); Jody Williams, em 1997 (norte-americana); e Wangari Maathai, em 2004 (Queniana).

O Papa Paulo VI, em finais de 1967, instituiu o *Dia Mundial da Paz*:

“Dirigimo-nos a todos os homens de boa vontade, para os exortar a celebrar o «Dia da Paz», em todo o mundo, no primeiro dia do ano civil, 1 de Janeiro de 1968. Desejámos que depois,

¹⁷ Lanza del Vasto é um bom exemplo desta estratégia de defesa: a não-violência activa. Ver a sua *Peregrinação...*

¹⁸ http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html

cada ano, esta celebração se viesse a repetir, como augúrio e promessa, no início do calendário que mede e traça o caminho da vida humana no tempo que seja a Paz, com o seu justo e benéfico equilíbrio, a dominar o processar-se da história no futuro”¹⁹.

João Paulo II (Papa de 1978 a 2005) dedicou a Mensagem do Dia da Paz, de 1995, às mulheres educadoras da Paz:

“É tempo de passar das palavras aos actos: os cidadãos e as famílias, os crentes e as Igrejas, os Estados e os Organismos Internacionais, sintam-se todos chamados a meter mãos, com renovado esforço, à promoção da paz! [...] Educar para a paz significa abrir as mentes e os corações ao acolhimento dos valores indicados pelo Papa João XXIII, na Encíclica *Pacem in terris*, como basilares para uma sociedade pacífica: a verdade, a justiça, o amor, a liberdade. [...] Nesta perspectiva, desejo dirigir a minha Mensagem para esta Jornada da Paz sobretudo às mulheres, pedindo-lhes que se tornem educadoras de paz com todo o seu ser e todo o seu agir: sejam testemunhas, mensageiras, mestras de paz entre as pessoas e as gerações, na família, na vida cultural, social e política das nações, especialmente nas zonas de conflito e de guerra. Possam continuar o caminho para a paz, iniciado, já antes delas, por muitas mulheres corajosas e clarividentes!”²⁰.

Ainda em 1995, também a *Quarta Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres* adopta a *Declaração de Pequim* pela *Acção para Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, dizendo que estão determinados a:

“Garantir a todas as mulheres e meninas todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, e tomar medidas eficazes contra as violações desses direitos e liberdades; Adoptar as medidas que sejam necessárias para eliminar todas as formas de discriminação de mulheres e meninas, e suprimir todos os obstáculos à igualdade entre os sexos e ao avanço e à promoção da expansão do papel da mulher; [...] Promover a independência económica das mulheres, incluindo o emprego, e erradicar a carga persistente e cada vez maior de pobreza que recai sobre

19 http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19671208_i-world-day-for-peace_po.html

20 http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121994_xxviii-world-day-for-peace_po.html

as mulheres, combatendo as causas estruturais dessa pobreza mediante mudanças nas estruturas económicas, garantindo a igualdade de acesso a todas as mulheres, incluindo aquelas das zonas rurais, que são agentes vitais do desenvolvimento, aos recursos produtivos, oportunidades e serviços públicos; Promover um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa, incluindo o desenvolvimento económico sustentado, mediante o ensino básico, a educação durante a vida toda, a alfabetização e a capacitação, e o atendimento básico de saúde a meninas e mulheres; Adoptar medidas positivas para garantir a paz para o avanço das mulheres e, reconhecendo a função importante que as mulheres têm desempenhado no movimento pela paz [...]; Prevenir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas; Garantir a igualdade de acesso e a igualdade de tratamento de homens e mulheres, à educação e ao atendimento de saúde [...]; Desenvolver o pleno potencial das mulheres e meninas em todas as idades de poder garantir sua plena participação, em condições de igualdade, na construção de um mundo melhor para todos e de promover seu papel no processo de desenvolvimento. Pela presente [Declaração], nos comprometemos, na qualidade de Governos, a aplicar a seguinte «Plataforma de Acção» de modo a garantir que todas as nossas políticas e programas reflectam uma perspectiva de género. Insistimos ao sistema das Nações Unidas, às instituições financeiras regionais e pertinentes, a todas as mulheres e a todos os homens, assim como às organizações não-governamentais, com pleno respeito por sua autonomia, e a todos os sectores da sociedade civil que, em cooperação com os governos, se comprometam plenamente e contribuam para a implementação desta «Plataforma de Acção»”²¹.

A *International Alert*²², uma organização não-governamental com sede em Londres, encontra-se a promover uma campanha mundial denominada “Mulheres Construindo a Paz: do Conselho de Aldeia à Mesa das Negociações”, que tem como objectivo assegurar a participação plena e activa das mulheres em todos os níveis dos processos de construção da paz, incluindo as negociações.

²¹ http://www.icieg.cv/files/00370_declara.pdf

²² www.inde.pt

Para muitas pessoas, a guerra é vista como algo masculino e a paz como feminino. Na verdade, homens e mulheres precisam de trabalhar juntos para construir a verdadeira paz, como diz Dalai Lama (1935-), 14º líder religioso do Budismo tibetano.

Para as RSCM, a referência fundadora é Appollonie Pélissier Cure (1809-1869) como primeira religiosa do Instituto que, em 1849, foi criado para acolher mulheres e crianças excluídas da sociedade, respondendo às necessidades desse tempo. Herdeiras do legado da Mère Saint-Jean – seu nome em Religião – devem ser, hoje,

“Mulheres que escutam as vozes silenciadas e que caminham com os marginalizados, a fim de fazer surgir uma globalização a partir das bases, (...) e ajudar a criar uma alternativa à cultura de domínio e violência, com uma nova definição de comunidade – uma erupção de compaixão e solidariedade” (Capítulo Geral 2007).

3. Integridade da Criação

A ideia de *Criação* evoca o resultado de uma acção divina, sobretudo a partir das narrativas bíblicas: a organização do Caos. Não vamos enveredar pelas várias teorias da origem do mundo, do universo, do cosmos, mas ter como referencial as narrativas do Génesis que não são de ordem científica. São textos religiosos de natureza mítica em linguagem poética. Não são uma história científica das origens, mas a apresentação da harmonia do mundo, fruto de Deus que não deixou o universo na confusão e no caos. Do caos fez surgir um cosmos, uma realidade ordenada e harmoniosa²³.

O âmbito deste trabalho não pertence à área das ciências, mas à do comportamento humano situado no conjunto desse Universo. A noção de *integridade*, isto é, o universo ajustado na sua totalidade, implica uma forte interdependência para que seja possível a harmonia e a plenitude entre todos os seres, para que haja um equilíbrio de forças.

Em termos cristãos, a percepção de que é necessário debater as questões que se colocam às ciências da fé e às da natureza foi desperta na Conferência sobre o *Meio Ambiente*, promovida pelas Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, tendo sido convidada a participar a Comissão das Igrejas para os Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

No entanto, só na década de 80 as Igrejas começaram a sentir a urgência em enfrentar a problemática da «Criação» e da responsabilidade cristã para com ela.

De facto, foi em 1989, na Assembleia Ecuménica Europeia, em Basileia, que apareceu, pela primeira vez, no tema da própria Assembleia: *Paz e Justiça para a Criação Inteira*. Em 1990, o Congresso Mundial do CMI, realizado em Seul, teve como programa: *Paz, Justiça e Salvaguarda da Criação*. Em 1991, a Assembleia Geral do CMI, em Camberra, continuou o programa de Seul. Em 1994, o Núcleo Central do CMI, na África do Sul, decidiu que uma das quatro Unidades de Serviço do Conselho se chamaria, precisamente, *Paz, Justiça e Integridade da Criação* e se ocuparia, de forma regular e sistemática, de toda esta questão²⁴.

Os Franciscanos foram, no mundo católico, os primeiros a assumir um trabalho sistemático a favor da *Paz, Justiça e Integridade da Criação*. Hoje, praticamente todas as Congregações Religiosas têm grupos com o objectivo de provocarem um trabalho capilar nesta área.

Bento XVI, na sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010, faz a correlação da *paz* e da *integridade da criação*, dando-lhe o seguinte título “Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação”²⁵.

Nós, RSCM, no Capítulo Geral de 2001, assumimos o compromisso da criação de uma Rede *Justiça, Paz e Integridade da Criação* (JPIC) como forma de trabalharmos, neste mundo globalizado, segundo a *justiça evangélica*, inerente à própria missão, em fidelidade ao espírito e carisma das origens²⁶. Os objectivos desta Rede abarcam quatro áreas: usar o dom da internacionalidade, estabelecendo ligação concreta, umas com as outras, para agirem numa resposta corporativa às questões globais da justiça, paz e integridade da criação; promover o trabalho pela justiça, paz e integridade da criação, dentro do Instituto, especialmente nos aspectos que afectam, negativamente, as mulheres e as crianças; desenvolver uma auto-educação, envolvendo-nos num diálogo sobre questões globais relacionadas com a justiça, paz e integridade da criação; colaborar, nesta linha, com outros grupos a nível global, nacional e local.

24 Cf. René Coste, *A Dinâmica Ecuménica “Justiça, Paz, Preservação da Criação”* (PJPC), in *Concilium* 236 (1991/4), pp. 23-35

25 http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliii-world-day-peace_po.html

26 Cf. Opúsculo, pp. 36-40

A construção da Rede é da responsabilidade de todas as RSCM, mas a sua engrenagem exige uma Coordenadora, a nível de Instituto, e de Animadoras, a nível de Província/Região²⁷, para facilitar e promover a realização dos objectivos.

No Capítulo Geral de 2007 reassumimos o compromisso de trabalhar neste campo, vivenciando a interdependência cósmica:

“As descobertas sobre o universo e a natureza da evolução do cosmos oferecem-nos novos horizontes. Impulsionam-nos a transcender as nossas fronteiras pessoais, provinciais e nacionais pela causa da solidariedade global e harmonia com o universo. A nossa crescente consciência da interligação de toda a criação desafia-nos a aprofundar a nossa visão e a integrar este novo conhecimento no nosso carisma, vida e missão como RSCM”.

Por isso, “queremos compreender cada vez mais profundamente a interligação de toda a criação e integrar essa consciência no modo de viver a nossa espiritualidade num contexto global”.

Verónica Brand, RSCM, fez a conferência da Jornada sobre a *Integridade da Criação*, falando e ilustrando a *Nova Cosmologia*²⁸, isto é, a nova compreensão deste universo que habitamos: um universo muito *velho*, incompreensivelmente *grande*, profundamente *dinâmico* e *envolvente*, *interligado de forma complexa*. Através dos princípios dinâmicos primários – diferenciação, interioridade/subjectividade, interligação/comunhão – ajudou a fazer a viagem no tempo e no espaço, lembrando os sinais actuais que podem levar à destruição deste universo: mudança do clima, declínio em segurança nutricional / diminuição da colheita, desertificação, crise de saúde, escassez de água, biodiversidade reduzida, aumento do nível de extinção de espécies, ameaças à vida, aumento do número dos refugiados, aumento da pobreza, inundações... Lembrou também a *Carta da Terra* (2000):

“Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência em face da vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz e a alegre celebração da vida”²⁹.

27 Em termos de organização, o Instituto das RSCM é constituído por um Conselho Geral e por Províncias/Regiões, presididas por uma Provincial/Regional, unidades autónomas, prestando contas ao Conselho Geral, eleito em Capítulo Geral, órgão máximo do Instituto.

28 Nas Jornadas foram abordadas algumas teorias: A “velha” e a “nova” visão cosmológica, o Criacionismo, o Evolucionismo, o Desígnio Inteligente com as respectivas variantes, embora de forma muito iniciática.

29 Segundo Leonardo Boff, «a sociedade mundial vive no olho de uma incomensurável crise de sentido e de

Quando a ciência moderna ainda não fazia parte do conhecimento quotidiano – narrativa bíblica da Criação – já o ser humano procurava explicações da Vida que está em nós e à nossa volta, como trama que tece o existir na sua totalidade. O mito, a poesia, tentam sugerir o mistério dessa Vida. Não é da ordem das ciências, ditas «exactas» ou humanas, mas também não o podemos situar no obscurantismo, pois dá muito que pensar e até provocar vários tipos de conhecimento, como por exemplo, filosófico, linguístico, antropológico, etc.

O ser humano situado no Cosmos – considerado mesmo um microcosmos – é, muitas vezes, o centro do universo que domina; outras, está perante forças da natureza que o ultrapassam e o dominam. No entanto, a percepção bíblica é a da harmonia que Deus fez – tudo estava ajustado – e que tanto pode ser danificada pela acção humana, não respeitando os ritmos, os tempos, as diferenças e as semelhanças de tudo o que existe, como pode ser beneficiada com o seu poder transformador exercido para cuidar, tratar do *jardim* que é a Terra, a sua casa (*oikos*).

O «tempo» das origens plasmado em sete dias, sendo o último para descansar, não será a intuição de que o ser humano, para garantir a justeza

falta de rumo histórico. Não sabemos para onde vamos. Os sonhos e as utopias morreram, o que tem deixado as sociedades e as pessoas sem fundamento. Somos entregues ao sistema económico dominante que de tudo faz mercadoria, regendo-se por feroz competição e não por laços de cooperação.

«Há dois pensadores que nos ajudam a entender esta crise, Max Weber e Friedrich Nietzsche. Weber caracteriza a sociedade moderna pelo processo de secularização e pelo desencantamento do mundo. Não que as religiões tenham desaparecido. Elas estão aí e até voltam com renovado fervor. Mas não são mais elo de coesão social. Agora predominam a produção e a função e menos o valor e o sentido. O mundo perdeu seu encanto. Nietzsche anunciou a morte de Deus. Mas há que se entender bem Nietzsche. Ele não diz que Deus morreu, senão que nós o matamos. Quer dizer: Deus está socialmente morto. Em seu nome não se cria mais comunidade nem se funda coesão social.

«Por milhares de anos era religião que ligava e re-ligava as pessoas e criava o laço social. Agora não é mais. Isso não significa que agora impera o ateísmo. O oposto à religião não é o ateísmo mas a ruptura e a quebra da relação. Hoje vivemos coletivamente rompidos por dentro e desamparados. Praticamente nada nos convida a viver juntos e a construir um sonho comum. Entretanto, a humanidade precisa de algo que lhe confira um sentido de viver e que lhe forneça uma imagem coerente de si mesma e uma esperança para o futuro.

«É neste contexto que deve ser vista a Carta da Terra, documento nascido das bases da humanidade. Já foi assumida pela Unesco no ano 2000 e a ideia é que seja incorporada pela ONU à Carta dos Direitos Humanos. A Carta da Terra reúne um conjunto de visões, valores e princípios que podem reencantar a sociedade mundial. Coloca em seu centro a comunidade de vida à qual pertencem a Terra e a Humanidade que são momentos do universo em evolução. Todos os problemas são vistos interdependentes, os ambientais, os sociais, os económicos, os culturais e os espirituais, obrigando-nos a forjar soluções includentes.

«O desafio que a situação atual do mundo nos impõe é este segundo a Carta: ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou então arriscar a nossa destruição e a devastação da diversidade da vida. Dois princípios visam viabilizar esta aliança: a sustentabilidade e o cuidado. A sustentabilidade se alcança quando usamos com respeito e racionalidade os recursos naturais pensando também nas futuras gerações. E o cuidado é um comportamento benevolente, respeitoso e não agressivo para com a natureza, que permite regenerar o devastado e zelar por aquilo que ainda resta da natureza, da qual somos parte e com um destino comum.

«Estes dois princípios fundam como diz a Carta da Terra um modo de vida sustentável. Eles permitem um desenvolvimento que atenda as necessidades de todos os seres vivos e ao mesmo tempo garanta a integridade e a capacidade de regeneração da natureza.

«Devemos viver um sentido de responsabilidade universal. O futuro da Terra e da Humanidade está agora em nossas mãos», in: www.leonardoboff.com

primordial, tem obrigações para com esta Terra que habita? Garantir a *integridade da criação*, a harmonia cósmica, a *justeza* dos começos, não passará por *não comer o fruto da árvore que está no meio do jardim* (Gn 2, 17; 3,3)? Esta proibição é um símbolo ético para dizer que o ser humano não pode fazer tudo o que lhe apetecer. Há limites que não pode ultrapassar se quiser garantir o futuro.

Na primeira narrativa da Criação – marcada pela cadência do tempo semanal – o ser humano é criado no sexto dia, recebe a incumbência de ser fecundo, enchendo a terra e dominando-a. Termina com a bênção do sétimo dia, dia do descanso, o *sabbat*, depois de verificar que tudo *era muito bom*; tudo estava no seu justo lugar e proporção (Gn 1 – 2, 4a). Na segunda narrativa (Gn 2, 4bss) não há essa cadência. O homem é criado e colocado num jardim, no *Éden*, para ser o seu cultivador, transformador e guardião, mas nesta, ao contrário da primeira, constata-se que nem tudo era bom: não era bom que comesse da árvore do conhecimento do bem e do mal, não era bom que estivesse só. Para superar esta última lacuna, apareceu a mulher e, acerca da árvore, resultou uma proibição.

Para Fabrice Hadjadj, na narrativa do *Éden*, não se faz menção do *sabbat*.

“No entanto, há o que se poderia chamar um *sabbat* da terra porque é dito que o homem poderá comer o fruto de todas as árvores, excepto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Há uma árvore que é deixada em repouso. Há uma árvore sabática. Há uma árvore que escapa ao poder do homem. E a estrutura é a mesma: em todos os outros dias, podereis trabalhar, mas no sétimo, deveis estar em repouso; de todas as outras árvores do jardim, podereis comer, mas nesta não tocareis. Portanto, finalmente, a menção do *sabbat* encontra-se neste não-poder, nesta reserva à volta da árvore do conhecimento do bem e do mal, que não se deve tocar. Talvez o conhecimento, a própria sabedoria, esteja neste não-poder, nesta privação. A árvore é a árvore do *sabbat* e o conhecimento que ele nos dá é, precisamente, deixar esta árvore sem lhe tocar. Pode-se tocar em tudo o resto! Mas há um lugar que é reservado, que é um lugar de renúncia”³⁰.

A tarefa do ser humano não é explorar a terra, mas trabalhá-la para melhor a poder fruir. Não tem de ter uma concepção quietista da vida nem de consumista a todo o custo, no entanto, a integridade da criação exige imperativos éticos porque se trata de uma integridade de equilíbrios.

A ciência, embora não tenha encontrado uma teoria irrefutável da origem do universo, mostra-nos a inter-relação, a interdependência, a ligação dos organismos vivos ao seu meio ambiente.

Por outro lado, os modelos de desenvolvimento adoptados, baseados no desejo de progresso ilimitado, sobretudo a partir do século XVIII, evidenciam a insustentabilidade desse desenvolvimento. A natureza não o suporta. A partir da Revolução Industrial, a velocidade constante de produção, o avanço do mundo urbanizado e a poluição das actividades bélicas e industriais não respeitam a capacidade regenerativa dos recursos naturais renováveis e ameaçam esgotar os não renováveis.

A crise generalizada, identificada pelas ciências e reflectida na sociedade, pode ser entendida como ameaça ou como oportunidade. As ameaças já são mais do que evidentes, mas as crises, na sua própria noção, são também oportunidade, tempo de discernimento, de fazer memória e perspectivar o futuro, para que o Universo seja, efectivamente, o jardim da vida e não transformado em lugar da morte.

E se a harmonia das origens não tiver sido algo perdido, mas horizonte a alcançar através de uma acção de respeito, cuidado e desenvolvimento da terra como uma bela habitação (*oikos*) do ser humano? Seria a nossa oportunidade de colaborar na criação da *Natureza Inacabada*, como sustenta Francisco J. Ayala³¹. Esse horizonte levar-nos-ia ao Reino onde o bem de uns não poderá ser a desgraça de outros, mas onde existe uma convivência harmoniosa que vem de uma concepção holística: a natureza existe em formas distintas e ligadas, como um todo, da qual o ser humano é o rei criado à imagem de Deus, Rei do Universo, que zela pela harmonia global³². É o sonho de Isaías:

Brotará um rebento do tronco de Jessé, e um renovo brotará das suas raízes. Sobre ele repousará o espírito do Senhor: espírito de sabedoria e de entendimento, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de ciência e de temor do Senhor. Não julgará pelas aparências nem proferirá sentenças somente pelo que ouvir dizer; mas julgará os pobres com justiça, e com equidade os humildes da terra; ferirá os tiranos com os decretos da sua

31 *A natureza Inacabada*, Dinalivro, Lisboa, 1998

32 Cf. Frei Bento Domingues, *op.cit.*, p. 233

boca, e os maus com o sopro dos seus lábios. A justiça será o cinto dos seus rins, e a lealdade circundará os seus flancos. Então, o lobo habitará com o cordeiro e o leopardo deitar-se-á ao lado do cabrito; o novilho e o leão comerão juntos e um menino os conduzirá. A vaca pastará com o urso e as suas crias repousarão juntas; o leão comerá palha como o boi. A criancinha brincará na toca da víbora e o menino desmamado meterá a mão na toca da serpente. Não haverá dano nem destruição em todo o meu santo monte, porque a terra está cheia de conhecimento do Senhor, tal como as águas que cobrem a vastidão do mar (Is 11, 1-9).

Clemente de Alexandria (150 – 215) já diz que paz e justiça são sinónimos³³. Pelo exposto, tanto a paz como a justiça supõem a integridade. Então, nada faltava à expressão *Paz e Justiça para a Criação Inteira*, da Assembleia Eclética Europeia, em Basileia, de 1989.

Levar estes conceitos ao seu projecto educativo será tarefa das RSCM com todos os seus colaboradores, não esquecendo que uma tal educação tem, necessariamente, duas fases: a pedagogia e a auto-educação da paz e da justiça que é integridade.

Maria Montessori (1870-1952) foi pioneira na pedagogia da paz que, neste contexto, pode ser facilmente adaptada: o problema da paz – o problema da justiça, da integridade – é o problema da educação e o problema do ser humano. Dito de outra maneira: é um problema antropológico e não somente pedagógico. Para esta pedagoga, a educação tem seis vertentes: 1) educação à autonomia e à liberdade; 2) educação à integração pessoal; 3) valorização das potencialidades e da construção da personalidade; 4) educação ao amor e não à possessão; 5) educação pela humanidade inteira, numa perspectiva planetária, universal e cósmica; 6) educação ao futuro e à mudança, apoiando-se na esperança representada pela criança³⁴.

O programa da UNESCO, *Aprender para o século XXI*, coordenado por Jacques Delors, destaca quatro pilares da educação com futuro: aprender a conhecer, aprender a actuar, aprender a viver juntos e aprender a ser³⁵.

Estas duas visões sobre educação não diferem muito, talvez só em número, e poderão inspirar um projecto educativo eficaz. Importa, no entanto, ter muito presente que a educação para a paz, para a justiça, para a integridade, deve acabar na auto-educação para a paz, para a justiça,

³³ Strom. 4, 25

³⁴ Cf. René Coste, *Théologie de la paix*, Paris, Cerf, 1997, p.360

³⁵ Cf. Cadernos UNESCO. Série Educação, volume 9, in <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001335/133539por.pdf>

para a integridade. Esta auto-educação é o esforço de toda a vida de adulto para concretizar a antropologia da paz, da justiça, da integridade, como um ideal de vida em humanidade e assumida deliberadamente para promover uma humanidade pacífica, fraterna, íntegra³⁶.

No Capítulo Geral citado (2007), assumimos:

“Prosseguimos como mulheres consagradas do nosso tempo. A nossa paixão por Jesus Cristo, pela humanidade e pela totalidade da criação, impulsiona-nos a tornar-nos, como Gailhac e as nossas Irmãs fundadoras, tecedoras de esperança e de vida para todos”.

36 Cf. René Coste, *Op. cit.*, p. 363.

II

Metodologia do Projecto

O principal objectivo do Projecto era o envolvimento do maior número de irmãs desde o início. Passarei, pois, a descrever a forma como decorreu a preparação e a realização das Jornadas sobre a *Paz* e sobre a *Integridade da Criação*. Este segundo tema foi, para muitas irmãs, completamente novo.

Antes, porém, convém lembrar os antecedentes deste Projecto: em 2007 fui nomeada Animadora JIPC para a Província Portuguesa com a incumbência de levar à prática os mandatos do Capítulo Geral 2007 que dizem respeito a este assunto.

Passo a descrever os três passos seguidos:

1. Questões lançadas às RSCM;
2. Elaboração de um opúsculo;
3. Realização das Jornadas.

1. Questões lançadas às RSCM

No mês de Maio de 2008, foi enviada uma circular para todas as RSCM em Portugal, tentando levar à prática os compromissos assumidos no Capítulo Geral de 2007. Neste contexto, lembrávamos o seguinte:

“Fomos tocadas pelos acontecimentos que afectaram tragicamente a vida das pessoas em todo o mundo, entre eles, a migração, o tráfico humano³⁷, as mudanças climáticas, a

³⁷ Neste sentido e complementando o nosso trabalho neste projecto, integro a Comissão de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas (CAVITP), ligada à Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal (CIRP), tendo realizado várias sessões públicas de sensibilização a esta problemática, assim como, em parceria com Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, editámos um opúsculo com textos sagrados das várias religiões contra a exploração do ser humano, o tráfico de pessoas: *Que fizeste do Teu irmão? Dignidade Humana e Condenação do Tráfico de Seres Humanos nos Textos Sagrados*, (Org. e Introdução

violência, e acreditamos que o nosso carisma e missão hoje nos convocam para além das fronteiras provinciais e regionais. Fiéis ao nosso chamamento de tornarmos conhecido o Deus de amor e justiça, abraçamos as necessidades da comunidade global”.

Dizia: «para que estas convicções capitulares possam ser concretizadas no nosso quotidiano, era importante saber o que cada uma pensa sobre o que pode fazer pela paz e pela Integridade da criação», formulando as questões – Que posso eu fazer pela Paz / Que posso eu fazer pela Integridade da Criação – e pedindo uma resposta até 15 de Junho desse ano.

Depois da reflexão pessoal, cada Comunidade organizou uma reunião para partilharem o que cada irmã tinha reflectido. Efectivamente, nesse dia 15 de Junho, 30 das 40 comunidades em Portugal, abarcando cerca de duzentas irmãs, mandaram as suas respostas, fruto da síntese de uma partilha simples³⁸.

Essa partilha foi trabalhada no sentido de sintetizar as respostas semelhantes e, não deixando perder nenhum pormenor específico, acrescentar todas as respostas que não podiam ser integradas na síntese. Esta, por sua vez, foi organizada em subtemas.

Em relação à *Paz*, foram encontrados os seguintes subtemas: A Paz, a Oração e as RSCM; A Paz consigo e à sua volta; A Paz e a denúncia da violência, da guerra; A Paz e a Educação.

Acerca da *Integridade da Criação*, os subtemas eram: Respeitar a Natureza; Investir na Educação; Acção cívica; Rezar com a Natureza.

2. Elaboração do Opúsculo de suporte às Jornadas

O Projecto, querendo envolver todas as RSCM na sua prática quotidiana e olhando o horizonte da própria Missão que lhes tinha sido confiada, exigia um contexto histórico. Esta linguagem nova – *Paz, Justiça e Integridade da Criação* – terá alguma afinidade com a herança recebida? Poderá ser o *aggiornamento* dessa herança ou algo completamente novo? Para responder a estas questões, tornou-se necessário revisitar a *Fonte* e tentar perceber se o percurso histórico foi e é uma simples repetição de normas, de práticas, recebidas no início, ou se essa *Fonte* foi inspiradora,

de Maria Julieta Mendes Dias e Paulo Mendes Pinto) 2007.

38 Num primeiro momento, cada irmã partilha o que reflectiu, sem debate. Depois de todas falarem, explicitam os consensos. No caso de uma irmã apresentar o seu pensamento, não tendo afinidades com nenhum outro e julgar que é importante para o assunto, a sua ideia é acrescentada à síntese.

até aos nossos dias, e se transformou num rio em constante adaptação ao tempo e ao espaço, desenvolvendo-se e aprofundando o seu leito. Daí a importância de um olhar histórico.

2.1 Dados da história do Instituto das RSCM

O Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria nasceu em França (Béziers), em 1849, num tempo muito conturbado do pós-revolução. As carências, as confusões e as tensões (políticas, sociais e religiosas) alastravam por toda a parte. Eram muitos os órfãos, muitos os pobres e doentes, muitas as raparigas que se entregavam à prostituição como forma de sobrevivência.

A Igreja católica em França atravessava um período de forte divisão, mas também, uma época de renovação, principalmente no campo das obras de misericórdia para fazer face aos problemas sociais. A lei de 1825 proporcionou o aparecimento de Congregações francesas, por todo o país, assumindo instituições de saúde, assistência e educação.

Neste contexto, o P. Antoine Pierre Jean Gailhac, nascido em Béziers, pequena cidade do sul de França (1802-1890), frequentou o Seminário de Montpéllier e foi ordenado com 24 anos. Depois de alguns anos como professor de Filosofia no Seminário, pediu para se dedicar inteiramente à capelania do Hospital da sua terra natal, onde foi encontrar, fundamentalmente, idosos, soldados e prostitutas. Percebeu que muitas destas mulheres desejavam mudar de vida e fundou, em 1834, o Refúgio, em Béziers, com o nome de Bom Pastor. Algum tempo depois, a actividade do Bom Pastor alargou-se a crianças abandonadas, dando origem a uma outra obra: o Orfanato. De início, pediu colaboração a um grupo de senhoras para a direcção e administração e, mais tarde, à Congregação das *Dames de Saint-Maur*. Divergências na forma e conceito de educação, levaram o P. Gailhac a pensar numa nova Congregação que assumisse não só os mesmos objectivos, mas também o espírito orientador em todos os trabalhos do Refúgio e do Orfanato. A sua grande preocupação era continuar a missão de Jesus Cristo, Bom Pastor, que *veio para que todos tenham vida e vida em abundância*. As «suas» religiosas tinham de incarnar essa missão.

No grupo de amigos e benfeitores do Bom Pastor, existia um casal sem filhos especialmente dedicado: Eugène Cure e Appollonie Pellissier Cure. Em 1848, Eugène morre e a viúva, Appollonie Pellissier (1809-1869), resolve dedicar a sua vida e os seus bens às obras do Bom Pastor. Chamando cinco amigas com experiência no ensino e no cuidado dos

mais necessitados, formaram um grupo capaz de dar corpo ao sonho do P. Gailhac. E assim aconteceu no dia 24 de Fevereiro de 1849: estava fundado o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, com a missão de “continuar a Obra de Jesus Cristo”, assumindo “todos os trabalhos que possam contribuir para a glória de Deus e a salvação das almas”, segundo as primeiras Constituições de 1850 (de direito diocesano). Em 1899, as Constituições são aprovadas pela Santa Sé, já depois da morte do P. Gailhac, explicitando que se trata de uma Congregação Religiosa “dedicada à educação cristã das meninas nos seus colégios, externatos, orfanatos e escolas gratuitas” (Const. 1899). Segundo a última revisão das Constituições (1983), a missão das RSCM é: “Conhecer a Deus e torná-lo conhecido, amar a Deus e fazê-lo amado, proclamar que *Jesus Cristo veio para que todos tenham vida* e que se expressa numa diversidade de ministérios (§7), ao serviço da justiça evangélica (§8). Em todas as obras e ministérios, colaboram com a acção de Deus para a transformação do mundo, pelo compromisso no desenvolvimento integral e na libertação da pessoa humana” (§33).

A ausência de ensino público para raparigas e a necessidade de recursos financeiros para a manutenção do Refúgio e Orfanato levaram o grupo inicial a abrir uma escola para as filhas das classes mais abastadas, também com o objectivo de formar elites católicas. Depressa se espalhou a notícia e, em 1951, surgem as primeiras vocações Irlandesas que terão um papel preponderante neste campo, proporcionando, ao mesmo tempo, a expansão do Instituto fora de França. Assim, em 1870, é fundada a segunda casa das RSCM em Lisburn (Ulster). Logo a seguir (1871), uma outra aparece no Porto, a pedido da directora do Colégio Inglês desta cidade, Margaret Hennessy, à qual se seguiu, ainda no século XIX e em Portugal, a de Braga (1876), a de Chaves (1885) e a de Viseu (1892), além de comunidades em outros países. Actualmente, são 317 Irmãs portuguesas, vivendo em 43 comunidades: 39 em Portugal de norte a sul, 1 no Mali e Irmãs inseridas em comunidades não portuguesas: Roma, Béziers e Belo Horizonte (Brasil)³⁹.

No mundo, estamos presentes em França, Irlanda, Portugal, Reino Unido, EUA, México, Brasil, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Mali e Itália.

Em Portugal, dedicávamo-nos, quase exclusivamente, à “educação” de meninas, através de Colégios, Patronatos e Lares. A partir da década de 60, do século XX, diversificamos a nossa acção, não só em

³⁹ À data da publicação deste trabalho (2012), somos apenas 300 Irmãs em 36 comunidades em Portugal. Já não estamos no Mali nem em Belo Horizonte. Além de Roma, Béziers, uma irmã está no Haiti.

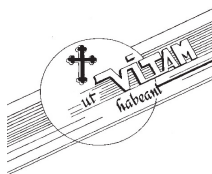
meios urbanos como em zonas rurais. Fecha a maior parte dos colégios, existindo, actualmente, apenas três: Lisboa, Porto e Fátima; na década de 70, em substituição dos Patronatos é criada a Obra Social do Sagrado Coração de Maria com dois Equipamentos, Braga e Guimarães, cada um com as valências de creche, educação pré-escolar e actividades de tempos livres (ATL); em finais dos anos 90, abriu mais um Equipamento, em Portalegre, com a valência de Centro de Acolhimento Temporário (CAT), para crianças dos 0 aos 12 anos, em regime de internato; muitas irmãs trabalham em Centros Sociais pertencentes a entidades particulares de bairros suburbanos e aldeias; em Centros de Saúde; colaboram também na pastoral paroquial e leccionam em escolas públicas.

Desde 13 de Novembro de 2004, está ligada oficialmente ao Instituto, com estatutos próprios, a Família Alargada do Sagrado Coração de Maria (FA SCM), agregando pessoas leigas que aderem à espiritualidade das RSCM.

2.2 Espiritualidade / Carisma das RSCM

O Carisma das RSCM é o do Bom Pastor, segundo vem expresso no chamado Evangelho de S. João: *Jesus veio para que todos tenham vida e vida em abundância* (Jo 10,10); as RSCM devem incarnar esta missão no mundo.

A nossa Espiritualidade tem duas grandes vertentes: a *fé* e o *zelo*. Pela fé, as RSCM procuram conhecer e amar a Deus e fazê-Lo conhecido e amado; pelo zelo, estão atentas à vida do mundo, procurando conhecer as necessidades do seu tempo para que o lema que as orienta – *Ut Vitam habeant* – seja, efectivamente, a alma da sua Missão.



Este ano, 2008-2009, celebram o bicentenário do nascimento da Fundadora, Appollonie Péliissier Cure (2. Fev. 1809), uma mulher de *fé* no Deus de Jesus Cristo que entregou ao seu *zelo* a vida desfigurada das crianças/jovens para que fosse transformada em *vida em abundância*. Assumiu de tal forma esta missão, que escolheu – em religião – o nome

do evangelista a quem se atribui o IV Evangelho, para ela, o Evangelho da VIDA, à qual se dedicou inteiramente: *Mère Saint-Jean*. A sua fé e o seu zelo venceram as muitas dificuldades, próprias de todos os inícios, e deram continuidade ao Projecto assumido, encontrando, em cada situação, a resposta mais adequada. Hoje, a sua memória continua a impulsionar as RSCM a serem

Mulheres que escutam as vozes silenciadas e que caminham com os marginalizados, a fim de fazer surgir uma globalização a partir das bases, (...) e ajudar a criar uma alternativa à cultura de domínio e violência, com uma nova definição de comunidade – uma erupção de compaixão e solidariedade, segundo a visão contemporânea encontrada no Capítulo Geral de 2007.



2.3. Marcos Históricos Contemporâneos

- 1975: Capítulo Geral diz que trabalhar pela Justiça, para as RSCM, já não é uma opção, mas uma obrigação.
- 2001: Início da Rede RSCM JPIC em ordem à promoção da Justiça, Paz e Integridade da Criação como Instituto, usando o dom da nossa internacionalidade em ligação, umas com as outras, agindo juntas numa resposta corporativa.
- 2006: As RSCM são, oficialmente, reconhecidas como ONG em ligação com o Departamento de Informação Pública (DIP) nas Nações Unidas.

3. Realização das Jornadas

As Jornadas seriam um momento alto do Projecto, não o seu fim.

Depois de ter reflectido individual e comunitariamente sobre a *Paz* e a *Integridade da Criação*, havia, agora, um tempo de alargar o debate para uma iluminação e para retomar a reflexão comum a partir de uma Conferência acerca do assunto em causa e das sínteses temáticas, fruto do trabalho anterior de cada uma.

A Jornada sobre a *Paz* realizou-se, em Lisboa, no dia 25 de Outubro de 2008, no Colégio do Sagrado Coração de Maria. Houve, apenas, uma sessão e não duas, como era previsto, por dificuldade de tempo.

Após um breve acolhimento das participantes, o Prof. Guilherme d'Oliveira Martins proferiu a Conferência intitulada: *A Paz é possível?*⁴⁰. Depois de um breve intervalo, seguiu-se um pequeno debate iniciado por um Comentário à Conferência feito pela Dra Ângela Malheiro, professora do Colégio do SCM.

Na parte da tarde, as participantes – cerca de 60 RSCM – dividiram-se pelas 4 *Mesas Temáticas*, escolhidas no acto da inscrição.

Essas *Mesas Temáticas* correspondiam aos subtemas encontrados na síntese das respostas vindas das comunidades, como acima indiquei, e funcionaram em simultâneo. Em cada Mesa, uma Moderadora – previamente determinada e a quem se entregara o subtema com a respectiva síntese – provocava o debate com uma introdução de 5 a 7 minutos. Uma secretária, também determinada com antecedência, fazia o resumo.

Uma hora depois, iniciou-se o Plenário com a apresentação do resumo das 4 Mesas Temáticas, abrindo-se, deste modo, um novo debate.

No encerramento, a Moderadora da Jornada apresentou um PowerPoint, *As Mulheres e a Paz*, incidindo sobre as “Prémio Nobel da Paz” e a Fundadora das RSCM.

A Jornada sobre a *Integridade da Criação* realizou-se em Lisboa (Colégio do SCM), no dia 7 de Março de 2009 e no Porto (Colégio de N. Sra do Rosário), no dia 14 de Março de 2009.

A metodologia seguida foi a mesma: na parte da manhã, uma conferência seguida de comentário para abrir o debate; de tarde, 4 mesas temáticas, com a moderadora e a secretária previamente designadas e um plenário final.

Como já foi dito, este tema era novo para a grande parte das RSCM: falar da Criação, do Criador, das novas *Cosmologias*...

40 Cf. Síntese da Conferência, pp.21-23.

Foi conferente Verónica Brand, RSCM, ilustrando o conteúdo com PowerPoint, onde pudemos visualizar o «lugar» de Deus na narrativa tradicional da Criação e o «lugar» de Deus, segundo as novas cosmologias, sem que o conceito de *Deus Criador* fosse diminuído.

Paulo Mendes Pinto comentou a exposição da Ir. Verónica, lançando uma série de questões a partir do que tinha visto e ouvido, focalizando muito o trabalho educacional das RSCM em Portugal.

De tarde, as cerca de 150 Irmãs – no conjunto das duas sessões – divididas pelas mesas temáticas debateram, com outra luz, a problemática da *Integridade da Criação*, que, na reflexão anterior, não tinha ultrapassado muito o aspecto de *cuidar do ambiente*, sem ter em conta as implicações na concepção do *Deus Criador* e, por isso, na necessidade de refazermos a nossa linguagem ao falar destes assuntos.

A conferencista fez várias referências à consonância do lema das RSCM – *para que todos tenham vida* – com as novas cosmologias: o «lugar» de Deus, de toda a Criação e o papel do ser humano como zelador da *Vida em abundância* na sua integralidade.

As sessões foram encerradas com um cântico ilustrado sobre a *Vida e Missão* das RSCM preparado pela Verónica Brand.

III

Avaliação de cada passo

1. Questões lançadas às RSCM⁴¹

Como ficou dito, um dos objectivos do projecto era o envolvimento do maior número de RSCM. As questões foram enviadas a todas as Irmãs com capacidade de responder – ainda que limitada pela idade e pela doença – tendo abarcado perto de 300 Irmãs. A reflexão individual e comunitária aconteceu em todas as comunidades: 40, em Maio de 2008. Fizeram o resumo da sua reflexão e mandaram-no 30 comunidades, o que aponta para cerca de 200 RSCM que, tendo pensado no assunto, se empenharam na reflexão alargada, respondendo, por escrito, às questões. Em termos de Irmãs, corresponde a $\frac{2}{3}$. Se contabilizarmos as comunidades, a colaboração atinge os $\frac{3}{4}$.

Tendo em conta as idades – a faixa etária mais numerosa situa-se entre os 65 e os 75 anos – e o estado de saúde, podemos considerar que houve uma participação muito boa.

Falar sobre a qualidade das respostas não é fácil e talvez não seja o mais oportuno. O importante é que, em três tempos diferentes, as RSCM em Portugal, reflectiram e debateram as questões da *Paz* e da *Integridade da Criação*.

1.1. Paz

No que se refere à *Paz*, a maior parte das respostas focaram a *Paz consigo e à sua volta*: a Paz vem do interior de cada uma. Só uma pessoa pacificada pode construir, transmitir, apontar a Paz, caminho a seguir para o reconhecimento e o acolhimento harmonioso dos outros, mesmo e sobretudo nas suas diferenças. Só uma pessoa pacificada poderá ter uma verdadeira atitude de reconciliação e de perdão perante a ofensa e o

41 1. Que posso eu fazer pela Paz? 2. Que posso eu fazer pela *Integridade da Criação*?

conflito. A Paz não é passiva, implica acção e, neste contexto, uma acção para neutralizar as arestas pessoais de agressividade.

A Paz e a denúncia da violência, da guerra resume o segundo bloco mais focalizado. O alvo, aqui, está no exterior: a pessoa tem de conhecer o que se passa à sua volta, o que se passa no mundo e agir, publicamente, em favor da Paz. É necessário escutar o que nos chega pelos meios de comunicação social, mas também pelas vozes, muitas vezes abafadas, de quem está ao nosso lado, para denunciar, com conhecimento de causa, as injustiças que geram violência e guerra. É importante, ainda, colaborar com outros nas manifestações públicas contra a guerra, a violência e a favor da Paz, sejam marchas ou recolha de assinaturas.

Denominámos *A Paz, a oração e as RSCM* o conjunto de respostas relacionadas com a oração e, de algum modo, com a espiritualidade das RSCM. Muitas vezes, o sentimento de impotência perante a guerra e a violência, gerado por vários factores, deixa, apenas, uma porta de saída: a oração. Para muitas Irmãs, cuja doença ou a idade avançada as impedem de agir, de forma pública e concertada, rezar pela Paz é o modo prático de viverem a solidariedade com as vítimas da guerra e da violência e, também, com quem constrói a paz, no terreno. Pela *fé*, ligam-se ao Deus da Paz, ao Deus da Vida; pelo *zelo*, mesmo na doença e na idade avançada, mantêm-se atentas ao que acontece no mundo, pedindo vida em abundância para todos. Acreditamos que o poder da oração supera as limitações pessoais porque apelam para Deus. Podemos dizer que Deus não precisa da oração para agir. As pessoas é que precisam da oração para se descentrarem, indo até aos lugares do sofrimento, “provocando” energia para quem trabalha pela paz, ânimo para quem sofre e gerando, assim, uma verdadeira comunhão, humana e divina.

Finalmente, *A Paz e a educação*, sintetizando a consciência de que a Paz é algo que se aprende. Apesar do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria ter uma grande e forte tradição na área do ensino, este grupo de respostas talvez seja o mais fraco. Podemos, sem dúvida, completá-lo com muitas das respostas dos outros grupos, mas falta a vertente pedagógica que não foi explícita.

1.2. Integridade da Criação

Neste campo, a reflexão, estando bastante circunscrita à *ecologia*, aflorou aspectos relacionados com a *cosmovisão*, isto é, com a forma de olhar o Mundo, a partir da sua formação, assim como o papel e o lugar do ser humano nesse mundo.

Ao contrário das respostas sobre a Paz, nestas, *Investir na Educação* foi o bloco que reuniu mais propostas. É bem patente a necessidade e urgência de sensibilizar para a ecologia, para o equilíbrio ambiental, não desperdiçando os bens naturais e reciclando sempre que possível. Não deixa de ser explícita, embora em menor escala, a consciência de que é preciso desenvolver uma nova forma de olhar e de relação com o Universo: saber olhar para as mudanças que se operam no mundo e na Igreja de hoje, acolhendo as novas intuições acerca da interligação de toda a Criação e suas implicações nas dimensões culturais, sociais e espirituais.

A *Acção Cívica* é a expressão aglutinadora do que há a fazer para preservar e poder transmitir os recursos da terra às gerações futuras. Também, aqui, é urgente sair para a rua e colaborar nas manifestações públicas em favor da Terra, quer em campanhas, em protestos, quer em assinalar os Dias Mundiais, relacionados com o ambiente, com acções concretas colectivas.

Respeitar a Natureza sintetiza outro grupo de respostas, mais virado para as atitudes quotidianas, face ao consumo dos bens, observando sempre a “regra dos 3 RRR”: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Também a *Integridade da Criação* leva a *Rezar com a Natureza*, olhando esta como objecto e lugar inspirador da oração. A sua contemplação pode aproximar de Deus, de um Ser transcendente que dá sentido a tudo o que existe. Pode desenvolver o sentido de uma espiritualidade cósmica, holística, em que se reconhece a interdependência com todas as formas de vida.

Este passo foi muito importante. Por um lado, antes das Jornadas, cada irmã teve a oportunidade de pensar no assunto, em termos individuais, e de o partilhar comunitariamente. Por outro, o resultado deste primeiro trabalho levou à ordenação das respostas em quatro áreas, proporcionando a organização das *Mesas Temáticas*, nas Jornadas.

Um dos aspectos menos conseguidos foi o levantamento de questões. As respostas foram demasiado afirmativas. É dito o que se faz, o que deve ser feito, o que falta fazer, mas não há interrogações. Ninguém questiona, ninguém pergunta porque se faz, porque deve ser feito ou se há algo mais do que se julga faltar fazer. A dúvida, a curiosidade intelectual, existencial, abre o espírito para o novo, para a progressão do conhecimento, para a adaptação interior face às mudanças que se impõem.

2. Elaboração do opúsculo

As RSCM não precisavam, evidentemente, de um apontamento histórico sobre o Instituto. No entanto, no momento das Jornadas, momento de iluminação e de alargamento do conhecimento acerca da *Paz* e da *Integridade da Criação*, facilitava a reflexão ter um texto – sem ter de recorrer à memória – que apresentasse as razões do aparecimento das RSCM, as suas grandes linhas de força, inspiradoras da Missão, e o percurso dos 160 anos de existência.

Era importante perceber que o carisma inicial, a intuição fundadora, não eram realidades transmissíveis estaticamente, mas herança recebida que é preciso desenvolver, segundo as circunstâncias e os tempos. As necessidades e as problemáticas não são sempre as mesmas. A fidelidade às origens implica o *aggionamento* constante, a leitura dos sinais dos tempos, o conhecimento da realidade para responder, com o mesmo espírito, mas nas formas mais adequadas ao tempo presente.

Para além da resenha histórica, foi considerado muito útil o resumo das respostas divididas por áreas, correspondendo às *Mesas Temáticas*. Assim, cada uma podia, com antecedência, saber o que as outras comunidades tinham dito acerca da *Mesa* escolhida e, naquele momento, avançar na reflexão. A inclusão do Programa da Jornada, no folheto, tornava-se imprescindível para o bom funcionamento e a visão de conjunto desse dia de trabalho.

3. Realização das Jornadas

Os locais escolhidos – Colégio do Sagrado Coração de Maria, em Lisboa, e Colégio de N^a Sr^a do Rosário, no Porto – ofereceram as condições necessárias para o desenrolar das Jornadas: sala de Conferência e Plenário, diversos espaços para as Mesas Temáticas, assim como um outro onde foram servidas as refeições do almoço e do lanche.

A possibilidade de mudança, segundo a actividade realizada, dentro de um mesmo local, favoreceu a concentração sem saturação e o cumprimento do horário sem inquietação.

Na avaliação final de cada Jornada, foi sempre apontada como muito boa, para além das excelentes conferências, a existência de Comentador da Conferência para iniciar o Debate e a designação prévia de uma Moderadora e de uma Secretária para cada Mesa Temática.

Como já foi dito, o resultado do debate comunitário traduziu-se em respostas talvez demasiado afirmativas, sem interrogações. No Plenário

das Mesas Temáticas, mais do que afirmações, foi patente a consciência de que se torna urgente semear ideias, inquietações, que despertem para uma verdadeira liberdade responsável e apontem sempre para a construção inacabada da *Paz* e da *Integridade da Criação*, na qual, ninguém se pode considerar excluída de participar. Foram, também, lembrados os medos que podem assaltar em várias vertentes, a necessidade de não perder a esperança e a importância do trabalho em rede, diria de um trabalho capilar, muitas vezes às apalpadelas.

Nas Jornadas sobre a *Integridade da Criação*, o Comentador não só introduziu o debate, a seguir à exposição de fundo e a partir dela, como encerrou o Plenário, apontando pistas, desafios, para um trabalho posterior, tendo como base o que se tinha realizado naquele dia.

Embora o conjunto tenha sido muito positivo, houve dois momentos menos conseguidos. A Comentadora da conferência sobre a *Paz* iniciou o debate, não do que tinha ouvido na exposição, mas do que tinha preparado previamente. A falha vem, certamente, de não lhe ter sido transmitido, com clareza, o que se pretendia, ao entregar-lhe o conteúdo das Mesas Temáticas. Teria sido preferível não o conhecer para não induzir a um trabalho preparatório que resultou numa mini conferência, interessante, mas não num comentário que se esperava. Outra falha diz respeito ao trabalho das secretárias das Mesas Temáticas que não entregaram, por escrito, o que partilharam no Plenário, resultante da discussão nos respectivos grupos. Aqui, a falha recai inteiramente em mim porque não o pedi e não providenciei a gravação. Assim, o apontamento dos Plenários, acima exposto, cinge-se às anotações que fiz, durante a realização dos mesmos.

Conclusão

Este Projecto não se esgotou nas Jornadas sobre a *Paz e Integridade da Criação*, cuja organização e realização constituem o objecto deste Relatório, mas foram a sua fase inicial, tendo provocado um debate de ideias, um olhar mais atento ao que dizemos ser a nossa identidade, como família religiosa do SCM, ao que dizemos ser a nossa missão no mundo contemporâneo, impulsionadas pelo mesmo espírito que moveu o Padre Jean Gailhac a sonhar com um grupo de religiosas que levassem *vida em abundância* onde só existia *desvida*, pelo mesmo espírito que descentrou meia dúzia de mulheres, dando corpo a esse sonho e que se concretizou no Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (Sul de França, meados do século XIX).

A fidelidade ao legado, que vem das origens e tem sido transmitido ao longo de 160 anos, exige um repensar contínuo, um ajustar constante na forma de o viver em cada época e em cada lugar. *Levar vida e vida em abundância* requer uma atenção especial para ser capaz de escutar as vozes silenciadas, de ver as necessidades dos mais pobres e de saber ler os sinais da evolução científica e tecnológica que pode gerar vida para todos ou desigualdades profundas na sociedade contemporânea. É absolutamente fundamental capacitar-se para ver nos «sinais dos tempos» um “apelo exigente à acção contra a tentação fatalista de considerar as injustiças como inexoráveis e inelutáveis”⁴²

Partindo da noção de paz – plenitude de felicidade – e da noção de justiça – rectidão, o que está completo –, percebemos que esses dois conceitos são sinónimos de «integridade da criação», de vida em abundância. Assim, poderemos afirmar que a fidelidade à missão de levar vida, hoje, é trabalhar pela *Paz, Justiça e Integridade da Criação*.

Segundo os vectores da sua espiritualidade – fé e zelo – pela «fé», a RSCM centra a vida em Deus, apurando o seu olhar, o seu ouvido, a sua

⁴² Guilherme d’Oliveira Martins, *Sob o Signo dos Sinais dos Tempos – Cultura e antropologia*, p. 7, texto cedido pelo autor.

sensibilidade e o seu agir ao jeito de Jesus Cristo que *passou fazendo o bem e curando* (Act 10, 38). Pelo «zelo», percorre os caminhos da vida, tentando perscrutar as vozes silenciadas para as fazer ouvir; observando e sentindo a opulência dos ricos que lançam na valeta os pobres famintos, doentes e despojados da sua dignidade, para denunciar os primeiros e socorrer os da valeta; procurando saber ler os «sinais dos tempos» que podem apontar um futuro harmonioso, proporcionando a *vida em abundância* para todos. Dito de outro modo, tem de assumir a atitude profética que “parte da leitura dos sinais dos tempos, o que obriga a estar atenta ao movimento e às transformações”⁴³ Deste modo, o agir da RSCM situar-se-ia no caminho que é a paz e seria orientado pela prática da *justiça*, isto é, pela acção de *curar*, de *salvar*, de *restabelecer* o danificado, de interligar tudo na originalidade de cada criatura.

Se as questões relacionadas com a *Paz* e a *Justiça*, desde há muito, estavam presentes nas reflexões e indagações de cada Religiosa e no conjunto da Província, a problemática ligada à *Integridade da Criação*, como as novas cosmologias, por exemplo, era completamente desconhecida para uma grande parte das RSCM.

Foi muito importante, todavia, trazer à consciência – mediante uma metodologia de auscultação, reflexão e debate de todas as irmãs – que:

- A paz não é uma simples ausência de tensões, de conflitos, de diferenças, de guerras. Implica trabalhar num desenvolvimento integral que não exclui, não edifica muros, não gera medos, mas proporciona uma distribuição equitativa dos recursos, sabendo regular a conflitualidade própria da condição humana e contribuindo para a harmonia cósmica;
- A paz precisa do diálogo entre pessoas, sociedades, Estados, religiões, civilizações e culturas, através de um conhecimento mútuo, para estabelecer as boas relações de convivência;
- A paz apela à recusa do pacifismo ingénuo ou motivado pela indiferença e egoísmo;

Por outro lado, importa não esquecer que estas constatações têm de se tornar um ideal a atingir sem descanso. Caso contrário, perdem o núcleo mobilizador e transformam-se, facilmente, em ideologia e em sistema dissuasor de qualquer mudança. A paz tornar-se-ia ideologia a defender e não já projecto a construir⁴⁴, caminho a percorrer.

⁴³ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁴ Cf. José Ornelas Carvalho, *A Utopia da Paz na Bíblia*, in ISTA, nº 9, 2000, p. 73

Para Guilherme d'Oliveira Martins, "mais do que a fixidez de uma ideologia, importa entender o dinamismo da história. O movimento torna-se assim factor fundamental de interpretação dos acontecimentos"⁴⁵.

Observa ainda que é difícil discernir os sinais dos tempos, já que a história humana é enganadora. "Se a história é objectivação da liberdade humana tanto o pecado [o mal] como a graça [o bem] podem ser princípios construtores da história. A história é ambígua e complexa, o que dá campo aos falsos profetas e à tentação de seguir os caminhos ditados por leituras superficiais ou erróneas dos acontecimentos. Há contra-sinais que manifestam o egoísmo, a indiferença e o pecado [o mal] – que podem, ou não, contribuir para a tomada de consciência da história da Salvação"⁴⁶, da economia de vida em abundância.

Este projecto exige, portanto, disponibilidade, desapego e esforço que não suportam atitudes ambíguas, pretendendo conciliar valores inconciliáveis. Como diz José Ornelas de Carvalho, «quem não for capaz de empreender nada para não ter problemas, refugiando-se na "sua paz", nunca entenderá a paz do evangelho»⁴⁷. Paz que a RSCM é chamada a viver e, segundo o mesmo autor, Jesus teve de aceitar sofrer as consequências da revolução que provocou. «O seu sofrimento e a sua morte são a consequência directa da radical fidelidade a Deus e aos homens [seres humanos], aliada à recusa absoluta do uso da força na construção do Reino de Deus»⁴⁸, Reino de paz e de justiça.

Foi unânime a convicção de que estes momentos de reflexão e debate são necessários para avivar, no interior de cada uma, o ideal que orienta a prática do quotidiano ou, pelo menos, o que se deseja alcançar, com tudo o que isso implica de auto-educação e de compromisso na transmissão dos valores assumidos.

Como foi dito, a temática da *Integridade da Criação*, na sua amplitude, era completamente desconhecida para a maior parte das Irmãs, nomeadamente, o que se refere à nova cosmologia. Neste âmbito, o que já praticavam estava relacionado com a preservação e contemplação da Natureza. Faltava a reflexão sobre a nova visão do mundo, a problemática trazida pela chamada *Teoria da Evolução*. Como interpretar os textos bíblicos da Criação? Como falar de Deus Criador?

Não deixa de ser curioso verificar que o IRSCM (1849) nasceu, precisamente, no tempo em que Darwin (1809-1882) redigia a sua obra, *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of*

⁴⁵ Guilherme d'Oliveira Martins, *Texto cit.*, p.24

⁴⁶ *Ibidem*, p.23

⁴⁷ José Ornelas Carvalho, *Op. cit.*, p.91

⁴⁸ *Ibidem*, p. 94

Favoured Races in the Struggle for Life ("Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida"), publicada em 1859, vulgarmente conhecida por *The Origin of Species* ("A Origem das Espécies"), título abreviado na sexta edição, em 1872⁴⁹.

A primeira reacção, das Igrejas em geral e da Igreja Católica em particular, foi de rejeição porque faziam uma interpretação literal do Livro do Génesis, até aos anos 50 do século XX. Teilhard de Chardin (1881-1955) foi um dos primeiros cientistas – que também era teólogo católico – a reconhecer que «a evolução é o contexto mais apropriado para se articular o sentido da fé»⁵⁰. A sua obra, *Le Phénomène humain* ("O Fenómeno Humano"), escrita entre 1920 e 1930, só foi publicada depois da sua morte. Hoje, na Igreja Católica, é consensual aceitar essa teoria científica, apesar das suas falhas, na compreensão e vivência da fé cristã. A evolução ajuda-nos a entender e a apreciar a comunhão do ser humano com o círculo da vida mais amplo. "Em lugar de o pôr em causa, ela confirma o sentido bíblico de sermos criados à imagem e semelhança de Deus"⁵¹.

Embora de forma iniciática, foi abordada a teoria do *Big Bang* – que descreve a formação do universo há cerca de 15 mil milhões de anos e a sua expansão – como a que mais se ajusta aos dados científicos disponíveis e que, hoje, se percebe compatível com o discurso teológico da Criação. A ciência nada sabe dizer acerca do que antecedeu o *Big Bang*. A teologia também não se debruça sobre essa questão, pois, o que pretende realçar é que fomos e estamos a ser criados por algo [alguém] que nos transcende e que chamamos Deus. O mistério já não se situa, apenas, no campo da religião, mas também no da ciência. Os próprios cientistas o atestam: novas descobertas trazem consigo mais incógnitas do que respostas. Percebem, hoje, cada vez mais cientistas e teólogos que os seres humanos não detêm o controlo do Universo incomensurável do qual fazemos parte e onde existe espaço de "não poder".

Estamos, sem dúvida, num tempo de grandes e rápidas mudanças que não favorece a leitura dos sinais que emergem. Perante os perigos e as ameaças que nos rodeiam, não podemos, no entanto, abdicar de o fazer. Albert Nolan tem uma metáfora que espelha muito bem o mundo contemporâneo e nos poderá ajudar a perceber a atitude a seguir:

49 Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Origem_das_Esp%C3%A9cies

50 John F. Haught, *Cristianismo e evolucionismo*, Gradiva, Lisboa, 2009, p. 223

51 *Ibidem*, p. 61

“Entrámos numa era cheia de promessas mas marcada por perigos impensáveis. Por outro lado, também não estamos todos no mesmo lugar. Alguns avançaram muitíssimo, outros estão a recuar, outros ainda não fazem ideia da direcção que estão a tomar – o que torna muito difícil resumir o ponto em que nos encontramos como família humana neste momento da nossa evolução. A metáfora que se segue poderá revelar-se útil.

“Nós somos como um enorme paquete que se soltou das suas amarras e navega à deriva em direcção ao alto mar. Os perigos que o espreitam são incalculáveis. Estaremos a avançar para o naufrágio e para a nossa extinção? Alguns querem regressar à segurança do porto, mas isso já não é possível. Outros estão tão distraídos, que não têm consciência do facto de que andamos à deriva. Outros ainda gostariam de saltar borda fora e nadar sozinhos até terra. Mas agora já estamos demasiado longe e já não há qualquer possibilidade de nos afastarmos sozinhos. Estamos todos juntos no mesmo barco.

“Por outro lado, um número cada vez maior de passageiros vê este navegar à deriva em direcção ao alto mar como uma oportunidade sem precedentes de se afastarem da escravatura e do sofrimento do passado e de procurarem a terra prometida da liberdade e da felicidade. Novas possibilidades se vão abrindo diariamente no horizonte. A fome de uma nova espiritualidade é promissora. O desejo de justiça, de paz e de cooperação é animador. As novas vozes, vindas de baixo, e a globalização da compaixão pelos necessitados são prometedoras. Os perigos do individualismo têm vindo a ser reconhecidos. E a nova ciência fornece-nos um mapa do local onde estamos, de onde viemos e para onde possivelmente estamos a ir.

“Os perigos e as ameaças permanecem. O navio já está a meter água e, enquanto alguns tentam reparar a brecha, outros, na sua cegueira egoísta, estão a abrir novas brechas, ignorando os icebergues que temos pela frente. Não há tempestade no mar. A natureza não nos é hostil. A tempestade desencadeia-se a bordo, entre os próprios passageiros – prosseguindo cada um, cegamente, aquilo que tem marcado na sua agenda”⁵².

52 *Jesus Hoje. Uma espiritualidade de liberdade radical*, Paulinas, Lisboa, 2008, pp. 77-78

A RSCM, passageira deste barco e herdeira do espírito de fé e zelo, querendo manter-se fiel à sua missão de levar vida, não pode fazer parte do grupo que deseja a «segurança do porto», nem do que está «distráido», nem do que pretende «saltar fora e nadar sozinha». Tem de estar atenta para vislumbrar sinais de esperança, aceitar a situação como desafio e tentar encontrar respostas, sempre incompletas, sempre provisórias, mas que apontam o horizonte da paz, da justiça, da liberdade e da cooperação. Na esteira do Concílio Vaticano II, a RSCM

“Tem o dever de perscrutar incessantemente os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, de tal sorte que possa responder de um modo adequado a cada geração, às perenes interrogações dos homens [seres humanos] sobre o sentido da vida presente e futura e sobre a sua relação recíproca. Importa, por conseguinte, conhecer e compreender este mundo no qual vivemos, as suas esperanças, as suas aspirações, a sua índole frequentemente dramática”⁵³.

Pretendia-se um forte envolvimento que levasse ao empenhamento pessoal, o que se verificou, pelo menos ao nível da adesão a este projecto, desde o início, quer na resposta às questões iniciais quer na presença activa nas Jornadas, ao que devemos atribuir, em grande medida, o seu êxito.

Julgo importante realçar que, ao redigir este Relatório e tentando analisar isoladamente os três conceitos que formam a expressão *Paz, Justiça e Integridade da Criação*, considerei também o termo «justiça», embora não fosse objecto das Jornadas, como foi dito. Para isso, revisei alguns autores, nomeadamente, Francolino Gonçalves, Albert Nolan, Frei Bento Domingues e Xavier Léon-Dufour, assim como procurei saber a opinião do biblista luterano, Gerhard Von Rad (1901-1971). Apraz dizer que, pessoalmente, foi uma tarefa altamente enriquecedora. Digo «pessoalmente» porque, sendo um trabalho posterior às Jornadas, não foi ainda partilhado.

Seguindo a ideia de *justiça* que ultrapassa o seu sentido comutativo, distributivo e social, já tinha atingido a percepção de «estar ajustado» à pessoa, à circunstância, independentemente do «mérito», mas o horizonte alargou-se e percebi que o âmago de cada um desses termos – *paz / justiça / integridade* – são coincidentes. Poder-se-ia, perfeitamente, usar

apenas um: *Paz da Criação; Justiça da Criação; Integridade da Criação*. No entanto, utilizar os três pode ajudar a compreender, de forma holística, a complexidade da vida, da Criação pacífica, ajustada, íntegra.

De facto, as Irmãs foram “alertadas” para a tripla – que, afinal, é uma – problemática da *Justiça*, da *Paz* e da *Integridade da Criação*. Foi manifesta a coerência cívico-religiosa entre o espírito, o carisma, que deu origem ao Instituto e a concretização actual, desse mesmo espírito, focalizada nestas questões. Sendo um Instituto dedicado à educação, em sentido amplo, este Projecto sensibilizou e/ou confirmou a necessidade de levar estes temas para o seu trabalho concreto nas Escolas, nos Centros Sociais, na catequese paroquial e no próprio interior das comunidades de vida das Irmãs.

É, pois, o Relatório da preparação e realização de três Jornadas que constitui a matéria deste trabalho, efectuado entre Maio de 2008 e Março de 2009.

A minha gratidão estende-se ao acolhimento espontâneo deste projecto, por parte da Provincial das RSCM, Maria Teresa Dias Nogueira, e à colaboração preciosa de todos os membros da Comissão de Formação. Não posso esquecer, também, que o bom resultado não seria possível sem o persistente incentivo e o valioso apoio do Dr. Paulo Mendes Pinto, em todas as fases do processo, assim como a orientação firme e clara do Dr. Guilherme d’Oliveira Martins, na elaboração deste relatório.

Bibliografia

- ASSEMBLEIA ECUMÉNICA EUROPEIA, Basileia 1989, *Paz com Justiça para toda a Criação*, Rei dos Livros, Lisboa, 1990.
- ALLÈGRE, C., *Deus face à Ciência*, Gradiva, Lisboa, 1997.
- ALMEIDA, Maria Emanuel Melo de, *A Educação para a Paz*, Paulinas, Lisboa, 2002.
- ARNOULD, Jacques, *Requiem por Darwin*, Gráfica de Coimbra 2, 2009.
- ARTIGAS, M., *As Fronteiras do evolucionismo*, Rei dos Livros, Lisboa, 1993.
- AYALA, Francisco J., *A Natureza Inacabada*, Dinalivro, Lisboa, 1998.
- BADA PANILLO, J., *La paz y las paces*, Mira Editores, Zaragoza, 2000.
- BAQUER, Miguel Alonso, *Dónde está la morada de la paz?*, BAC, Madrid 2004.
- BARBOUR, I., *El Encuentro entre Ciencia y Religión*, Sal Terrae, Santander, 2004.
- BEAUCHAMP, Paul, *Création et séparation. Étude exégétique du chapitre premier de la Genèse*, Desclée De Brower, Paris, 1969.
- BOBBIO, N., *El problema de la guerra y las vías de la paz*, Gedisa, Barcelona, 1982.
- BOFF, Leonardo, *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2008.
- BOFF, Leonardo, *Ética da vida*, Sextante, Rio de Janeiro, 2006.
- BOFF, Leonardo, *Virtudes Para Outro Mundo Possível I: a hospitalidade*, Verus, Campinas, 2006.
- BOFF, Leonardo, *Virtudes Para Outro Mundo Possível II: convivência, respeito e tolerância*, Vozes, Petrópolis, 2006.
- BOFF, Leonardo, *Virtudes Para Um Outro Mundo Possível III: Comer & Beber juntos & viver em paz*, Vozes, Petrópolis, 2006.
- BORGES, Anselmo (org.), *Deus no Século XXI e o Futuro do Cristianismo*, Campo das Letras, Porto, 2007.
- BRINTON, R. H., *Actitudes cristianas ante la guerra y la paz*, Tecnos, Madrid, 1963.
- BROCKELMAN, Paul, *Cosmologia e Criação*, Loyola, São Paulo, 2001.

- BROOKE, J. H., *Religião e Ciência: Algumas Perspectivas Históricas*, Porto Editora, 2005.
- CARVALHO, José Ornelas, "A utopia na paz da Bíblia", in *Cadernos ISTA*, nº9, 2000, pp. 65-102.
- CENTRO CULTURAL MOSAIKO, *Caminhos de Paz. Dia Mundial da Paz. 40 anos de mensagens 1968-2007*, Luanda, 2007.
- COLLINS, F., *A Linguagem de Deus*, Editorial Presença, Lisboa, 2006.
- COMISSÃO Independente População e Qualidade de Vida, *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, Trinova Editora, Lisboa, 1998.
- COMPAGNONI, Francesesco, O.P. and ALFORD, Helen, O.P. (ed.), *Preaching Justice. Dominican Contributions to Social Ethics in the Twentieth Century*, Dominican Publications, Dublin, 2007.
- CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, *Relatório de Upsala 1968* (Relatório ofical da Quarta Assembleia do Conselho Ecuménico das Igrejas, Upsala, 4-20 Julho de 1968), Genebra, 1969.
- CONSELHO PONTIFÍCIO "Justiça e Paz", *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia, Lisboa, 2005.
- CHARDIN, P.T. de, *A Minha Fé. A Matéria e Deus*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.
- CHOPRA, Deepak, *A Paz é o Caminho para acabar com a guerra e a violência*, Sinais de Fogo, Lisboa, 2007.
- COSTE, René, *Théologie de la paix*, Paris, Cerf, 1997.
- COSTE, René, *O Amor que transforma o Mundo. Teologia da Caridade*, Cáritas Portuguesa, Lisboa, 2011.
- COSTE, René, *L'Église et la Paix*, Desclée, Paris, 1980.
- COTTA, S., *Las raíces de la violencia. Una interpretación filosófica*, Eunsa, Pamplona, 1987.
- CURADO, M., *Porquê Deus se temos a Ciência?*, Esfera do Caos, Lisboa, 2010.
- DAJOZ, R., *Ecologia Geral*, Editora Vozes, Petrópolis, 1973.
- DAVIES, P., *Deus e a Nova Física*, Edições 70, Lisboa, 1988.
- DELORS, J. (ed.), *Educação, Um Tesouro a Descobrir. Um Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*, ASA, Porto, 1996.
- DINIS, A., "O progresso científico como categoria antropológica", in *Comunicações 2*, 1996, pp. 37-58.
- DINIS, A., "Por um novo modelo de saber", in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 46/3, 1990, pp. 355-378.
- DINIS, A., "Desafios do evolucionismo ao cristianismo", in *Brotéria* 169/4, 2009, pp. 529-550.
- DINIS, Alfredo e PAIVA, João, *Educação, Ciência e Religião*, Gradiva, 2010.

- DOMINGUES, O.P. Frei Bento, *As Religiões e a Cultura da Paz*, 2º Volume, Figueirinhas, Porto, 2004.
- DOMINGUES, O.P. Frei Bento, *As Religiões e a Cultura da Paz*, Figueirinhas, Porto, 2002.
- DREES, W. B., “Criacionismo e evolução”, in *Concilium* 284/1, 2000, pp. 54-64.
- DRIVER, Juan, *Une teología bíblica de la paz*, Semilla, Ciudad de Guatemala, 2003.
- EINSTEIN, A., *Como Vejo a Ciência, a Religião e o Mundo*, Relógio d’Água, Lisboa, 2005.
- ERASMO, *Guerre et Paix* (introdução e escolha de textos, comentários e notas de MARGOUN, J.C.), Aubier, Paris, 1973.
- FARINHA, Paulo, “Os Cristãos face à não-violência”, in *Cadernos ISTA*, nº9, 2000, pp. 35-63.
- FERNANDES, Rogério, “A paz ensina-se”, in *Cadernos ISTA*, nº9, 2000, pp. 31-33.
- FLEW, Antony (com VARGHESE, Roy Abraham), *Deus não existe*, Aletheia, Lisboa, 2010.
- FOHRER, Georg, *Estruturas teológicas fundamentais do Antigo Testamento*, Edições Paulinas, São Paulo, 1982.
- FORMOSINHO, S. J. e BRANCO, J., *O Brotar da Criação. Um Olhar Dinâmico pela Ciência, a Filosofia e a Teologia*, Universidade Católica, Editora, Lisboa, 1997.
- FRANÇA, Luís de, “Uma cultura para a paz”, in *Cadernos ISTA*, nº 9, 2000, pp.5-12.
- GANDHI, *Lettres à l’Asham*, Albin Michel, Paris, 1960.
- GANDHI, *Teoria e Pratica della non-Violenza*, Einaudi, Turim, 1973.
- GIRETTE, J., *Je Cherche da Justice*, France-Empire, Paris, 1972.
- GONÇALVES, Francolino, “Antigo Testamento e Direitos Humanos”, in *Cadernos do ISTA*, nº 6, 1998, pp. 33-52.
- GONÇALVES, Francolino, “Bíblia e Natureza”, in *Cadernos ISTA*, nº 8, 1999, pp. 7-40.
- GONÇALVES, Francolino, “Mundos Bíblicos”, in *Cadernos ISTA*, nº 18, 2005, pp.7-34.
- GONÇALVES, Francolino, “Deux systèmes religieux dans l’Ancien Testament : de la concurrence à la convergence”, in *Annuaire de l’EPHE. Section des Sciences Religieuses*, t. 115 (2006-2007) 117-122.
- GONÇALVES, Francolino, “Exílio babilónico de «Israel». Realidade histórica e propaganda”, in *Cadmo* 10, 2000, 167-196.
- GRIBBIN, J., e REES, M., *Coincidências Cósmicas*, Europa-América, Mem Martins, 1991.

- HAUGHT, John F., *Cristianismo e Evolução em 101 perguntas e respostas*, Gradiva, Lisboa, 2009.
- HAWKING, S., *Brevíssima História do Tempo*, Gradiva, Lisboa, 2007.
- IMBERNÓN, F. (ed.), *La educación en el siglo XXI. Los retos del futuro inmediato*, Editorial Graó, Barcelona, 1999.
- JARES, X.R., *Construir a Paz. Cultura para a Paz*, Ediciones Xerais de Galicia, Vigo, 1996.
- JARES, X.R., *Educación y Conflicto. Guía de Educación para la Convivencia*, Editorial Popular, Madrid, 2001.
- JARES, X.R., *Educar para la Paz. Su Teoría y su Práctica*, Editorial Popular, Madrid, 1999.
- JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*, 1963.
- JONAS, H., *Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique*, Cerf, Paris, 1992.
- KÜNG, Hans, *Proyecto de una ética mundial*, Trotta, Madrid, 1998.
- LACROIX, J., *O Personalismo como Anti-ideologia*, Rés Editora, Porto, 1977.
- LADRIÈRE, J., *A Hodierna Mentalidade Científica e a Fé Cristã*, Edições Paulinas, Apelação, 1975.
- LATOUCHE, Serge, *Le Pari de la décroissance*, Paris, Fayard, 2006 (“A Aposta do decrescimento”. O semanário *O Diabo*, de 13/03/2012 traz um resumo da conferência do autor, sobre o assunto, na Fundação Calouste Gulbenkian a 08 do mesmo mês; o jornal *Público*, de 19/03/2012, traz uma entrevista). Será descabido fazer uma ligação da tese do autor com a simbólica da *árvore da vida*, interdita ao ser humano? Há limites que não podemos ultrapassar...
- LEDERACH, J., *Educar para la paz*, Fontamara, Barcelona, 1984.
- LENOIR, N., “La ética de la ciencia: entre humanismo y modernidad”, in UNESCO, *Informe Mundial sobre la Ciencia 1996*, Santillana/Ediciones UNESCO, Madrid, 1996, pp. 206-215.
- LÉON-DUFOUR, Xavier, *Dictionnaire du Nouveau Testament*, Seuil, Paris, 1975.
- LEPRINCE-RINGUET, L., *Fé de Físico*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- LOURENÇO, O., *Educar Hoje Crianças para o Amanhã*, Porto Editora, Porto, 1996.
- LOWENSTEIN, F., *Incidencia de las condiciones ambientales sobre la salud humana. Ecología y Protección de la Naturaleza*, Barcelona, 1982.
- LUCINI, F. G., *La educación como tarea humanizadora. De la teoría pedagógica a la práctica educativa*, Grupo Anaya, Madrid, 2001.
- MACK, A., *Peace Research in the 1980*, The Strategic and Defence Studies Centre, Canberra, 1985.

- MAHEU, R., *La civilisation de l'universel*, Laffont-Gonthier, 1966.
- MAQUIAVEL, Nicolau, *Da Guerra e da Paz*, Coisas de Ler Edições, 2006.
- MARQUES Viriato Soromenho, "Uma política para a grande mudança", in *Ambiente 21*, n.º 17, Agosto de 2004, pp. 50-51.
- MARQUES Viriato Soromenho, "Emissões crescentes de gases com efeito de estufa", in *National Geographic Portugal*, edição especial, Setembro de 2004, pp. 11-12.
- MARQUES Viriato Soromenho, "Conservação da natureza: Balanço e perspectivas", in *Ambiente 21*, n.º 16, Junho de 2004, pp. 54-55.
- MARQUES Viriato Soromenho, "Uma política para a grande mudança", in *Ambiente 21*, n.º 17, Agosto de 2004, pp. 50-51.
- MARQUES Viriato Soromenho, "Ambiente, cooperação e interesse nacional", in *Janus98-Anuário de Relações Exteriores - Suplemento Especial, Público - Universidade Autónoma de Lisboa*, Lisboa, Setembro de 1998, pp.30-31.
- MARQUES Viriato Soromenho, "As facturas da próxima geração", in *Notícias do Milénio*, Grupo Lusomundo, Lisboa, 1999, pp.744-749.
- MAYOR, Z. F., "Cultura de paz", in *Crítica*, nº 815, Madrid, 1994.
- MAYOR, Z. F., *A Nova Página*, Edições 70/Unesco, Lisboa, 1994.
- MCGRATH, A., *O Deus de Dawkins*, Aletheia, Lisboa, 2008.
- MONCLÚS, A. e SABÁN, C., *Educación para la paz. Contenidos y experiencias didácticas*, Editorial Síntesis, Madrid, 1999.
- MONOD, J., *O Acaso e a Necessidade*, Europa-América, Mem Martins, 1972.
- MONTEIRO, A., "Educação e paz", *Revista Educação*, nº 1, vol. I, Dezembro 1986, Departamento de Educação da Faculdade de ciências da Universidade de Lisboa, 1986.
- MONTESORI, M., *Educação e Paz*, Portugalíia, Queluz, (s.d).
- MORIN, E., *O Desafio do século XXI. Religar os Conhecimentos*, Instituto Piaget, Lisboa, 2001.
- MULLER, J.M., *L'Évangile de la non-Violence*, Fayard, paris, 1969.
- NOLAN, Albert, O.P. e O'Driscoll, Mary, O.P., *La Justicia y la Verdad se encontraran*, in *Cuadernos Verapaz*, nº1, San Esteban, Salamanca, 1987.
- OLIVEIRA MARTINS, Guilherme d' (editor científico com GARCÊS, Ana Paula), *Os Grandes Mestres da Estratégia. Estudos sobre o poder, a guerra e a paz*, Almedina, Coimbra, 2009.
- OLIVEIRA MARTINS, Guilherme d', *Educação ou Barbárie?* Gradiva, Lisboa1998.
- OLIVEIRA MARTINS, Guilherme d', *Escola de Cidadãos*, Fragmentos, 1993.
- OLIVEIRA MARTINS, Guilherme d', *Património, Herança e Memória: A cultura como criação*. Colecção Trajectos Portugueses, n.º 78, Gradiva, (Abril) 2009.

- PANIKKAR, Raimon, *O Diálogo Indispensável. Paz entre as Religiões*, Zéfiro, Lisboa, 2007.
- PANIKKAR, Raimon, *Intuição cosmoteândrica*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.
- PANIKKAR, Raimon, *Paz y desarme cultural*, Sal Terrae, Santander, 1993.
- PEGORARO, Olinto A., *Ética é Justiça*, Vozes, Petrópolis, 2000.
- PEÑA, J. R. de la, *Teologia da Criação*, Loyola, São Paulo, 1986.
- PEREIRA, D. C., *Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade*, 1º vol, Editora da UP, Porto, 2007.
- PEREÑA, L., *Bien común y paz dinámica*, Euramérica, Madrid, 1956.
- POLKINGHORNE, J., *Ciencia y Teología. Una Introducción*, Sal Terrae, Santander, 2000.
- POOLE, M., *Princípios e Valores na Educação Científica*, Instituto Piaget, Lisboa, 1995.
- PUREZA, J. M., *Para Uma Cultura de Paz*, Quarteto Editora, Coimbra, 2001.
- RAD, Gerhard von, *Teologia del Antiguo Testamento*, Vol. I, Sígueme, Salamanca, 1978.
- RAWLS, J., *A Theory of justice*, Oxford University Press, Oxford, 1990.
- RAWLS, J., *Justicia como equidad. Materiales para una teoría de la justicia*, Tecnos, Madrid, 1985.
- RAYMO, C., *Cépticos e Crentes. As Surpreendentes Relações entre Ciência e Fé*, Âncora Editora, Lisboa, 1999.
- REEVES, H., *A Hora do Deslumbramento. Terá o Universo um Sentido?*, Gradiva, Lisboa, 1986.
- ROJO, M., *La educación para la paz y el inculturalismo como tema transversal*, Oikos-Tau, Barcelona, 1995.
- RUSE, M., *Pode um Darwinista ser Cristão?*, Gatafunho, 2009.
- RUSSEL, C. A., *Some Approaches to the History of Science. Science and Belief: From Copernicus to Darwin*, Open University Press, Milton Keynes, 1974.
- SAMPAIO, Jorge, "O Direito e a Justiça", in Sep. do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, «Stvdia Ivridica», nº 41, Coimbra, [s/d].
- SAMPAIO, Jorge, Prefácio a Frei Bento Domingues, *As religiões e a cultura da paz*, 1º volume, Mário Figueirinhas, Porto, 2002.
- SAVATER, F., *El valor de educar*, Editorial Ariel, Barcelona, 1997.
- SCHROEDER, G. L., *Deus e a Ciência*, Europa-América, Mem Martins, 1997.
- SCHROEDER, G., *Deus e a Ciência. A Bíblia Explicada por um Cientista*, Europa-América, Mem Martins, 1999.
- STANNARD, R., *Ciência e Religião*, Edições 70, Lisboa, 1996.
- STENGER, Mgr Marc, *Repenser notre être-au-monde et relever le défi*

écologique, in *Documentation Catholique*, nº 2481 (01/01/2012). Diz o autor: “A crise ecológica é uma crise de sentido. A transformação que ela chama de operar não se reduz a uma simples mudança de nossos hábitos. Em causa está o próprio fundamento da vida, o desenvolvimento daquilo que vemos como uma boa vida, individual e coletivamente”.

VASTO, Lanza del, *Peregrinação às Fontes*, Edições Sempre-em-pé, 2010.

VV.AA, *As Origens do Universo, da Vida, do Homem*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1983.

VV.AA, *O Estado do Mundo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006.

WARD, K., *Deus, Fé e o Novo Milénio. A Crença Cristã na Idade da Ciência*, Europa-América, Mem Martins, 2000.

WARD, K., *Deus, o Acaso e a Necessidade*, Europa-América, Mem Martins, 1998.

Revista Science & Vie, Hors Série, 243, Juin 2008: *Air, eau, matières premières, biodiversité... Construire un monde durable*.

Bíblia de Jerusalém, EP, São Paulo, 1985.

Mensagens papais para o Dia Mundial da Paz (www.vatican.va)

Paulo VI

1968: 1º de Janeiro: *Dia Mundial da Paz*

1969: *A promoção dos direitos do homem, caminho para a paz*

1970: *Educar para a paz através da reconciliação*

1971: *Cada homem é meu irmão*

1972: *Se queres a Paz, trabalha pela Justiça*

1973: *A paz é possível*

1974: *A paz também depende de ti*

1975: *A reconciliação, caminho para a paz*

1976: *As verdadeiras armas da paz*

1977: *Se queres a paz, defende a vida*

1978: *Não à violência, sim à paz*

João Paulo II

- 1979: *Para alcançar a paz, educar para a paz*
1980: *A verdade, a força da paz*
1981: *Para servir a paz, respeita a liberdade*
1982: *A paz: dom de Deus confiado aos homens!*
1983: *Diálogo para a paz, um desafio para o nosso tempo*
1984: *“De um coração novo nasce a paz”*
1985: *A paz e os jovens caminham juntos*
1986: *A paz é um valor sem fronteiras. Norte-sul, leste-oeste: uma só paz*
1987: *Desenvolvimento e solidariedade: duas chaves para a paz*
1988: *Liberdade religiosa condição para a sobrevivência pacífica*
1989: *Para construir a paz, respeitar as minorias*
1990: *Paz com Deus criador, paz com toda a criação*
1991: *Se queres a paz respeita a consciência de cada homem*
1992: *Os crentes unidos na construção da paz*
1993: *Se queres a paz, vai ao encontro dos pobres*
1994: *Da família nasce a paz da família humana*
1995: *Mulher, educadora de paz*
1996: *Dêmos às crianças, um futuro de paz*
1997: *Oferece o perdão, recebe a paz*
1998: *Da justiça de cada um nasce a paz para todos*
1999: *No respeito dos direitos humanos o segredo da verdadeira paz*
2000: *“Paz na terra aos homens, que Deus ama!”*
2001: *Diálogo entre as culturas, para uma civilização de amor e de paz*
2002: *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão*
2003: *Pacem in terris, um compromisso permanente*
2004: *Um compromisso sempre actual, educar para a paz*
2005: *“Não te deixes vencer pelo mal, vence antes o mal com o bem”*

Bento XVI

- 2006: *Na verdade, a paz*
2007: *A pessoa humana, coração da paz*
2008: *Família humana, comunidade de paz*
2009: *Combater a pobreza, construir a paz*
2010: *Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação*
2011: *Liberdade religiosa, caminho para a paz*

ANEXOS

4 Mensagens para o Dia da Paz

Se queres a Paz, trabalha pela Justiça (1972)

Paulo VI

*Homens de pensamento,
homens de acção,
homens todos que viveis no ano de 1972:
acolhei, uma vez mais,
o Nosso convite para celebrar o Dia da Paz!*

Nós retomamos a reflexão sobre a Paz, porque temos da mesma uma concepção-vértice: vértice de um bem essencial e fundamental da humanidade neste mundo, que o mesmo é dizer, vértice da civilização, do progresso, da ordem e da fraternidade.

Estamos convencido de que a ideia da Paz é, e deve ser, dominante, por sobre as vicissitudes humanas; e, além disso, de que ela se torne mais urgente, quando e onde ela fosse contraditada por ideias ou factos contrários. É uma ideia necessária, é uma ideia imperativa e é uma ideia inspiradora. Nela se polarizam as aspirações humanas, bem como os esforços e as esperanças. Ela encerra a razão de fim; e, enquanto tal, está na base e está no término da nossa actividade, tanto individual como colectiva.

Pensamos, pois, que é sobremaneira importante ter-se da Paz uma ideia exacta, despojando-a das pseudo-concepções que, muito frequentemente, a revestem, deformando-a e desvirtuando-a. Diremos, em primeiro lugar, aos jovens: a Paz não é uma condição estagnante da vida, a qual nela viesse a encontrar, ao mesmo tempo, a sua perfeição e a morte. Não: a vida é movimento, é crescimento, é trabalho, é esforço,

é conquista... E a Paz será também tudo isso? Sim: pela simples razão de que ela coincide com o supremo bem do homem, peregrino no tempo; e este nunca é uma coisa acabada de conquistar, mas está sempre em vias de nova e inexaurível posse. A Paz, portanto, é a ideia central e motriz do mais activo empenho.

Isto, no entanto, não quer dizer que a Paz coincida com a força. Isso queremos dizer aos homens responsáveis, de modo especial, porque sobre eles - a quem interessa a se impõe o dever de manter uma normalidade de relações entre os membros de um grupo determinado, como a família, a escola, a empresa, a comunidade, a classe social, a cidades o Estado, etc. - impende uma tentação constante: a de imporem tal normalidade de relações, que assume o aspecto da Paz, mediante a força. E então, a ambiguidade da convivência humana torna-se o tormento e a corrupção dos espíritos dos homens; torna-se impostura vivida a atmosfera resultante, algumas vezes, de uma vitória sem glória, outras vezes, de um despotismo irracional, de uma repressão opressora, ou, ainda, de um equilíbrio de forças, em permanente contraste, na expectativa de uma explosão violenta, que, depois, patenteia em ruínas de toda a espécie, como era falsa a Paz, imposta simplesmente mediante a superioridade da potência e da força.

A Paz não é uma insídia. (Cf. *Job*: 15, 21). A Paz não é uma mentira arvorada em regime (Cf. *Jer.* 6, 14). Menos ainda ela é uma tirania totalitária e impiedosa; jamais ela é violência, pois a violência, ao menos, não ousa apropriar-se do nome augusto da Paz.

É difícil, mas torna-se indispensável, elaborar uma concepção autêntica da Paz. Difícil, para quem fechar os olhos à sua primigénia intuição, que nos diz ser a mesma Paz uma coisa humaníssima. Este é o caminho indicado para se chegar à descoberta genuína da Paz: se procuramos individuar de onde ela provém, verdadeiramente, aperceber-nos-emos de que ela lança as suas raízes nas profundezas do sentido sincero do homem. Uma Paz, que não resulte do respeito veraz para com o homem, não é, ela mesma, Paz verdadeira. E como é que nós chamamos a este sentido sincero do homem? - Chamamo-lo Justiça.

E a Justiça, por sua vez, não será ela também uma divindade imóvel? - Sim: ela é tal, nas suas expressões, às quais chamamos direitos e deveres e que codificamos nos nossos códigos ilustres, que o mesmo é dizer, nas leis e nos pactos, que produzem aquela estabilidade de relações sociais, culturais e económicas, que não é lícito infringir: é a ordem, é a Paz. No entanto, se a Justiça - quer dizer, aquilo que é e aquilo que deve ser - germinasse noutras expressões melhores do que aquelas que se acham vigentes, o que sucederia?

Antes de responder, perguntemo-nos se uma semelhante hipótese, ou seja, a hipótese de um desenvolvimento da consciência da Justiça; será admissível, se ele será provável e se será para desejar?

Sim. Este é o facto que caracteriza o mundo moderno e o distingue do antigo. Hoje em dia, a consciência da Justiça progride. Não há ninguém, estamos em crer, que conteste este fenómeno. Entretanto, não Nos deteremos, por agora, a fazer dele uma análise; sabemos todos, porém, que, presentemente, graças á difusão da cultura, o homem, cada um dos homens, têm de si uma noção nova. Cada um dos homens, hoje, sabe que é Pessoa e sente-se Pessoa. Ou seja: que é um ser inviolável, que é igual aos demais homens e que é livre e responsável, e, digamos ainda, que é sagrado. De tal modo, uma percepção diversa e melhor - isto é, mais plena e mais exigente - da diástole e da sístole da sua personalidade, queremos dizer, do seu duplo movimento moral de direito e de dever, enche a consciência do homem; e, assim, brota-lhe do coração, uma Justiça, não já estática, mas sim, dinâmica. E isto não é um fenómeno simplesmente individual ou reservado a grupos selectos e restritos; é, sim, fenómeno colectivo e universal; os «Países em vias de desenvolvimento» apregoam-no em alta voz; é voz de Povos e voz da humanidade, a reclamar, uma nova expressão de Justiça, uma nova base para a Paz.

Porquê, então, convencidos como estamos, todos, deste pronunciamento irreprimível, nos demoramos a dar à Paz uma outra base, que não a da Justiça?

Como foi acentuado pela recente Assembleia do Sínodo dos Bispos, não se faz ainda sentir, acaso, a necessidade de instaurar uma maior Justiça, tanto no seio das comunidades nacionais, quanto no plano internacional?

Será justo, por exemplo, que existam populações inteiras, às quais não é permitida a expressão livre e normal do mais sagrado direito do espírito humano, o direito religioso? Qual é a autoridade, qual a ideologia, qual o interesse histórico ou civil, que pode arrogar-se o reprimir ou o sufocar o sentimento religioso, na sua legítima e humana (não dizemos supersticiosa, nem fanática, nem turbulenta) expressão? E qual o nome com que designaremos a Paz, que pretende impor-se violando esta primordial Justiça?

E, onde quer que outras formas indiscutíveis de Justiça - nacional, social, cultural, económica... fossem lesadas e violadas, poderíamos nós, acaso, estar seguros de ser Paz verdadeira, essa que resultasse de semelhante processo de prepotência, de ela ser uma Paz estável, e mesmo, no caso de ser estável, de ela ser justa e humana?

Não fará parte da Justiça o procurar que cada País venha a estar em condições de promover o próprio desenvolvimento, dentro do quadro de uma cooperação isenta de quaisquer intenções ou cálculos de dominação, tanto económica como política?

O problema torna-se extremamente grave e complexo; e não Nos assiste o direito de estar a exasperá-lo ainda mais, nem Nos compete resolvê-lo praticamente. Não é das atribuições de Quem fala desta sede.

Mas, precisamente desta sede, o Nosso convite para celebrar a Paz tem um cunho de convite para praticar a Justiça: «A Paz será obra da Justiça» (Cf. Is. 32, 17). E repetimo-lo hoje com uma fórmula mais incisiva e dinâmica: «Se queres a Paz, trabalha pela Justiça».

Trata-se de um convite que não desconhece as dificuldades para se praticar a Justiça: para a definir, num primeiro momento, e para a actuar, em seguida; o que não será nunca possível, sem alguns sacrifícios do próprio prestígio e dos próprios interesses. É necessária, talvez, uma magnanimidade maior, para ceder perante as razões da Justiça e da Paz, do que para lutar e para ir para a atitude de impor o próprio direito, autêntico ou presumido, ao adversário. E nós temos uma tão grande confiança em que os ideais da Justiça e da Paz, coligados, hão-de conseguir, por virtude própria, fazer nascer no homem moderno as energias morais para a sua própria actuação, que estamos confiados na sua gradual vitória. Ou melhor: estamos igualmente e mais ainda confiados em que o homem moderno terá doravante, por si mesmo, a inteligência das vias da Paz, em tal grau, que ele mesmo se fará promotor daquela Justiça, que as franqueia e impele a percorrê-las, com corajosa e profética esperança.

Eis os motivos, pelos quais Nós ousamos, uma vez mais, lançar o convite para a celebração do Dia da Paz; e, neste ano de 1972, fazemo-lo sob o signo austero e sereno da Justiça, isto é, com o anseio de dar vida a obras que sejam expressões convergentes de sincera vontade de Justiça e de sincera vontade de Paz.

Recomendamos este Nosso convite aos Irmãos e Filhos da nossa Igreja Católica: é preciso levar aos homens de hoje uma mensagem de esperança, através de uma fraternidade vivida e de um esforço honesto e perseverante, por uma Justiça maior e mais real. O Nosso convite está em lógica continuidade com a palavra que o recente Sínodo Episcopal pronunciou sobre a «Justiça no Mundo»; e, enfim, sente-se forte apoiado na certeza de que «Ele, Cristo, é a nossa Paz» (Cf. Ef. 2, 14).

Paz com Deus Criador , Paz com toda a Criação (1990)

João Paulo II

Introdução

1. Observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada, não apenas pela corrida aos armamentos, pelos conflitos regionais e por causa das injustiças que ainda existem no seio dos povos e entre as nações, mas também pela falta do *respeito devido à natureza*, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. Semelhante situação gera um sentido de precariedade e de insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo colectivo, de açambarcamento e de prevaricação. Perante a difusa degradação do ambiente, a humanidade já se vai dando conta de que não se pode continuar a usar os bens da terra como no passado. A opinião pública e os responsáveis políticos estão preocupados com isso; e os estudiosos das mais diversas disciplinas debruçam-se sobre as causas do que sucede. Está assim a formar-se uma *consciência ecológica*, que não deve ser reprimida, mas antes favorecida, de maneira que se desenvolva e vá amadurecendo até encontrar expressão adequada em programas e iniciativas concretas.

2. Não poucos valores éticos, de importância fundamental para o progresso de uma *sociedade pacífica*, têm uma relação directa com a questão do ambiente. A interdependência dos muitos desafios, que o mundo de hoje tem de enfrentar, confirma a exigência de soluções coordenadas e baseadas numa coerente visão moral do mundo.

Para os cristãos, essa visão apoia-se nas convicções religiosas derivantes da Revelação. É por isso que, ao iniciar esta mensagem desejo aqui lembrar a narração bíblica da criação e gostaria que aqueles que não compartilham as nossas convicções de fé pudessem encontrar também eles nessa evocação elementos úteis para uma linha comum de reflexão e de empenhamento.

I. E Deus viu que as coisas eram boas

3. Nas páginas do Livro do Génesis, em que está exarada a primeira auto-revelação de Deus à humanidade (Gn 1-3), são repetidas, como um refrão, as palavras: E Deus viu que as coisas eram boas. Mas quando,

depois de ter criado o céu, o mar, a terra e tudo o que nela se contém, Deus criou o homem e a mulher, tal expressão muda consideravelmente: «E Deus contemplou tudo o que tinha feito; e eis que estava tudo muito bem» (Gn 1, 31). Deus confiou ao homem e à mulher todo o resto da criação e então – conforme aí lemos – pode repousar «do trabalho por Ele realizado» (Gn 2, 3).

O chamamento de Adão e Eva a participarem na realização do plano de Deus sobre a criação estimulava aquelas capacidades e aqueles dotes que distinguem a pessoa humana de todas as demais criaturas; e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação ordenada entre os homens e a inteira criação. Feitos à imagem e semelhança de Deus, Adão e Eva deveriam exercer o seu domínio sobre a terra (Gn 1, 28), com sabedoria e com amor. Mas eles, ao contrário, com o próprio pecado destruíram a harmonia existente, pondo-se deliberadamente contra o desígnio do Criador. Isto levou não só à alienação do homem de si mesmo, à morte, e ao fratricídio, mas também a uma certa rebelião da mesma terra em relação a ele (cf. Gn 3, 17-19; 4, 12). Toda a criação se tornou sujeita à caducidade e, desde então, espera, de maneira misteriosa, ser libertada, também ela, para entrar na gloriosa liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21).

4. Os cristãos professam que na morte e na ressurreição de Cristo se realizou a obra da reconciliação da humanidade com o Pai, ao qual aprouve «reconciliar consigo *todas as coisas*, quer na terra, quer no céu, estabelecendo a paz pelo sangue da sua cruz» (Col 1, 19-20). A criação foi assim renovada (cf. Ap 21, 5) e sobre ela, anteriormente submetida à «escravidão» da morte e da corrupção (cf. Rm 8, 21), foi difundida uma vida nova, enquanto que «nós esperamos céus novos e uma nova terra, nos quais habitará a justiça» (2 Pd 3, 13). Deste modo, o Pai «deu-nos a conhecer o mistério da sua vontade, conforme o seu benévolo desígnio que, nele, de antemão estabelecera, para ser realizado depois, na plenitude dos tempos, a saber: reunir sob a chefia de Cristo *todas as coisas*» (Ef 1, 9-10).

5. Estas reflexões bíblicas lançam uma luz maior sobre a *relação entre o agir humano e a integridade da criação*. Quando o homem se afasta do desígnio de Deus criador, provoca uma desordem que se repercute inevitavelmente sobre o resto do universo. Se o homem não estiver em paz com Deus, também a própria terra não estará em paz: «Por isso a terra está de luto, desfalecem quantos nela habitam com os animais do campo e as aves do céu; por fim, até os peixes do mar perecerão» (Os 4, 3).

A experiência deste «sofrimento» da terra é comum também àqueles que não compartilham a nossa fé em Deus. Estão, efectivamente, diante dos olhos de todos as devastações crescentes, causadas no mundo da natureza pelo comportamento de homens indiferentes às exigências da ordem e da harmonia que o regem, exigências recônditas sim, mas claramente perceptíveis.

Faz-se, portanto, a pergunta, com ansiedade, se será possível ainda dar remédio aos danos provocados. É evidente que uma solução adequada não pode consistir simplesmente numa melhor gestão, ou num uso menos irracional dos recursos da terra. Muito embora se reconheça a utilidade prática de semelhantes providências, parece ser necessário examinar a fundo e enfrentar no seu conjunto a grave *crise moral de que a degradação do ambiente é um dos aspectos preocupantes*.

II. A crise ecológica: um problema moral

6. Alguns elementos da crise ecológica actual revelam de maneira evidente o seu carácter moral. Entre esses elementos tem de se enumerar, em primeiro lugar, a *aplicação sem discernimento* dos progressos científicos e tecnológicos. Muitas descobertas recentes têm trazido inegavelmente benefícios para a humanidade; mais ainda, elas manifestam quanto é nobre a vocação do homem para participar de modo responsável na acção criadora de Deus no mundo. Já se verificou, porém, que a aplicação de algumas dessas descobertas no campo industrial e agrícola, a longo prazo produzem efeitos negativos. Isto pôs cruamente em evidência que *toda e qualquer intervenção numa área determinada do «ecossistema» não pode prescindir da consideração das suas consequências noutras áreas e, em geral, das consequências no bem-estar das futuras gerações*.

O gradual esgotamento do estrato do ozónio e o consequente «efeito de estufa» que ele provoca já atingiram dimensões críticas, por causa da crescente difusão das indústrias, das grandes concentrações urbanas e dos consumos de energia. Escórias industriais, gases produzidos pela combustão de carburantes fósseis, desflorestação imoderada, uso de alguns tipos de herbicidas, refrigerantes e propelentes, tudo isto, como se sabe, é nocivo para a atmosfera e para o ambiente. Daí resultam múltiplas mudanças meteorológicas e atmosféricas, cujos efeitos vão desde os prejuízos para a saúde até à possível submersão, no futuro, de terras baixas.

Enquanto nalguns casos a danificação já é talvez irreversível, em muitos outros casos ela pode ser ainda entravada. É um dever, portanto, que se impõe à inteira família humana – indivíduos, Estados

e Organismos internacionais – assumir cada um seriamente as próprias responsabilidades.

7. Mas o índice mais profundo e mais grave das implicações morais, ínsitas na problemática ecológica, é constituído pela falta de *respeito pela vida*, como se pode verificar em muitos comportamentos inquinantes. Muitas vezes as condições da produção prevalecem sobre a dignidade do trabalhador e os interesses económicos são postos acima do bem de cada uma das pessoas, se não mesmo acima do bem de populações inteiras. Nestes casos, o inquinamento e a destruição do ambiente são fruto de uma visão redutiva e inatural que, algumas vezes, denota um verdadeiro desprezo do homem.

De modo análogo, sucede que melindrosos equilíbrios ecológicos são profundamente alterados, por uma descomedida destruição das espécies animais e vegetais, ou por uma desavisada exploração dos recursos; e tudo isto – é bom recordá-lo – mesmo quando é realizado em nome do progresso e do bem-estar, não se torna, de facto, uma vantagem para a humanidade.

Por fim, não pode deixar de se atender, com profunda inquietação, às possibilidades formidáveis da pesquisa biológica. Talvez ainda não se esteja em condições de avaliar as perturbações provocadas na natureza por uma indiscriminada manipulação genética e pelo imprudente desenvolvimento de novas plantas e de novas formas de vida animal, para não falar já de inaceitáveis intervenções sobre as origens da própria vida humana. A ninguém passa despercebido que, num campo tão delicado, a indiferença ou a rejeição das normas éticas fundamentais levam o homem às portas da própria autodestruição.

A norma fundamental, capaz de inspirar um sadio progresso económico, industrial e científico, é o respeito pela vida e, em primeiro lugar, pela dignidade da pessoa humana.

Para todos é evidente a complexidade do problema ecológico. Há no entanto, alguns princípios basilares que, com o respeito da autonomia legítima e da competência específica de quantos estão empenhados em buscar-lhe uma solução, podem orientar a pesquisa no sentido de soluções adequadas e duradouras. Trata-se de uma série de princípios essenciais para construir uma sociedade pacífica, *a qual não poderá ignorar nem o respeito pela vida, nem o sentido da integridade da criação.*

III. Em busca de uma solução

8. Teologia, filosofia e ciência estão de acordo quanto a uma concepção do universo harmonioso; isto é, de um verdadeiro «cosmos», dotado de uma sua integridade e um seu equilíbrio interno e dinâmico. *Esta ordem tem de ser respeitada*: a humanidade está chamada a descobrir e explorar este «cosmos» com sapiente cautela; e depois, a fazer uso dele salvaguardando a sua integridade.

Por outro lado, a terra é essencialmente *uma herança comum, cujos frutos devem reverter em benefício de todos*. «Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para uso de todos os homens e de todos os povos», reafirmou o Concílio Vaticano II (*Gaudium et spes*, n. 69). Ora isto tem implicações directas no nosso problema. É injusto que alguns poucos privilegiados continuem a acumular bens supérfluos, dilapidando os recursos disponíveis, enquanto há multidões de pessoas que vivem em condições de miséria, ao nível ínfimo de sobrevivência. E vem agora a própria dimensão dramática do desajuste ecológico ensinar-nos quanto a cobiça e o egoísmo, individuais ou colectivos, são contrários à ordem do universo, no qual está inscrita também a interdependência recíproca.

9. Os conceitos de ordem no universo e de herança comum põem, ambos eles, em realce, a necessidade de *um sistema de gestão dos recursos da terra mais bem coordenado a nível internacional*. As dimensões do problema do ambiente, em muitos casos, transcendem as fronteiras de cada Estado: a sua solução, portanto, não pode ser encontrada somente a nível nacional. Em tempos recentes, registaram-se alguns passos prometedores, no sentido desta desejada acção internacional concertada; mas os instrumentos e os organismos que existem mostram-se ainda inadequados para ser posto em prática um plano coordenado de intervenções. Obstáculos políticos, formas de nacionalismo exagerado e interesses económicos, para lembrar somente alguns factores, entravam ou até impedem mesmo a cooperação internacional e a adopção de iniciativas eficazes a longo prazo.

A afirmada necessidade de uma acção concertada a nível internacional não comporta, como é obvio, *uma diminuição da responsabilidade de cada um dos Estados*. Com efeito, estes devem não somente pôr em prática as normas aprovadas juntamente com as autoridades de outros Estados, mas também favorecer, no seu interior, uma contextura sócio-económica adequada, com particular atenção aos sectores da sociedade mais vulneráveis. Compete a cada Estado, no âmbito do próprio território, a tarefa de prevenir a degradação da atmosfera e da biosfera, exercendo um controlo atento, além do mais, sobre os efeitos das novas descobertas tecnológicas e científicas; e ainda, dando aos próprios cidadãos a garantia

de não estarem expostos a agentes inquinantes e a emanações tóxicas. Hoje em dia, vai-se falando cada vez mais frequentemente do *direito a um ambiente seguro*, como de algo que deve passar a figurar numa Carta actualizada dos direitos do homem.

IV. A urgência de uma nova solidariedade

10. A crise ecológica põe em evidência a *urgente necessidade moral de uma nova solidariedade*, especialmente nas relações entre os países em vias de desenvolvimento e os países altamente industrializados. Os Estados devem demonstrar-se cada vez mais solidários na promoção do desenvolvimento de um ambiente natural e social pacífico e salubre. Por exemplo, aos países de há pouco industrializados não se pode requerer que apliquem certas normas restritivas às próprias indústrias nascentes, se os países industrializados há muito não forem os primeiros a aplicá-las no seu interior. Por seu turno, os países em vias de industrialização não podem moralmente repetir os erros cometidos por outros no passado, continuando a danificar o ambiente com produtos poluentes, com desflorestações excessivas ou com a exploração ilimitada de recursos que se esgotem. Neste mesmo contexto, é urgente que se encontre uma solução para o problema do tratamento e da eliminação dos detritos tóxicos.

Nenhum plano e nenhuma organização, todavia, estão em condições de efectuar as mudanças entrevistas, se os responsáveis das Nações de todo o mundo não estiverem verdadeiramente convencidos da necessidade absoluta desta nova solidariedade, que é exigida pela crise ecológica e que é essencial para a paz. *Semelhante exigência proporcionará ocasiões oportunas para consolidar as relações pacíficas entre os Estados.*

11. Importa acrescentar, ainda, que não se obterá nunca o justo equilíbrio ecológico, se não forem primeiro *enfrentadas directamente as formas estruturais de pobreza* existentes no mundo. Por exemplo, a pobreza rural e a distribuição da terra em muitos países levaram a uma agricultura de mera subsistência e ao empobrecimento dos terrenos. Quando a terra deixa de produzir, muitos agricultores transferem-se para outras zonas, incrementando muitas vezes o processo de desflorestação imoderada; ou então estabelecem-se em centros urbanos já carentes de estruturas e serviços. Além disto, sucede que alguns países fortemente endividados estão a pontos de destruir o próprio património natural, à custa de irremediáveis desequilíbrios ecológicos, contanto que consigam obter novos produtos de exportação. Diante de tais situações, porém, lançar

acusações somente aos pobres, pelo que se refere às consequências negativas sobre o ambiente por eles provocadas, seria uma maneira inaceitável para avaliar as responsabilidades. É necessário, antes de mais, ajudar os pobres, a quem a terra está confiada, como aliás o está a todos os demais, a superarem a sua pobreza; e isto requer uma reforma corajosa das estruturas e novos esquemas nas relações entre os Estados e os povos.

12. Mas há ainda uma outra ameaça, um perigo que permanece: a guerra. A ciência moderna já dispõe, infelizmente, da capacidade de modificar o ambiente com intuitos hostis; uma violação desta natureza, a longo prazo, poderia vir a ter efeitos imprevisíveis e ainda mais graves. Não obstante haver acordos internacionais que proíbem a guerra química, bacteriológica e biológica, subsiste o facto de continuarem nos laboratórios as pesquisas para o desenvolvimento de novas armas ofensivas, capazes de alterarem os equilíbrios naturais.

Hoje em dia, qualquer forma de guerra a escala mundial causaria danos ecológicos incalculáveis. Mas até mesmo as guerras locais ou regionais, por mais limitadas que sejam, não se limitam a destruir apenas as vidas humanas e as estruturas da sociedade; mas danificam a terra, devastando as colheitas e a vegetação e envenenando os terrenos e as águas. Aqueles que sobrevivem à guerra vêm-se na necessidade de começar uma nova vida em condições naturais muito difíceis; e estas, por sua vez, criam situações de grave mal-estar social, com consequências negativas também na ordem do ambiente.

13. A sociedade hodierna não encontrará solução para o problema ecológico, se não revir seriamente o seu estilo de vida. Em muitas partes do mundo, ela mostra-se propensa ao hedonismo e ao consumismo e permanece indiferente aos danos que deles derivam. Como já observei, a gravidade da situação ecológica revela quanto é profunda a crise moral do homem. Se faltar o sentido do valor da pessoa e da vida humana, dá-se o desinteresse pelos outros e pela terra. A austeridade, a temperança, a disciplina e o espírito de sacrifício devem conformar a vida de todos os dias, a fim de que não se verifique para todos o constrangimento a suportar as consequências negativas da incúria de alguns poucos. Há uma necessidade urgente, pois, de *educação para a responsabilidade ecológica*: responsabilidade em relação a si próprio, responsabilidade em relação aos outros e responsabilidade em relação ao ambiente. E trata-se de uma educação que não pode basear-se simplesmente no sentimento ou sobre uma mal definida veleidade. O seu fim não pode ser ideológico

nem político e a maneira de a estruturar não pode apoiar-se na rejeição do mundo moderno, nem num vago desejo de retornar ao «paraíso perdido». A educação autêntica para a responsabilidade implica uma verdadeira conversão na maneira de pensar e no comportamento. E quanto a isso, as Igrejas e as outras Instituições religiosas, os Organismos governativos e não-governativos, como também todos os componentes da sociedade têm um papel bem determinado a desempenhar. A primeira educadora, no entanto, permanece a família, na qual as crianças aprendem a respeitar o próximo e a amar a natureza.

14. *Não se pode descurar, por fim, o valor estético da criação.* O contacto com a natureza é em si mesmo algo profundamente regenerador, assim como a contemplação do seu esplendor é susceptível de dar paz e serenidade. A Bíblia fala com frequência da bondade e da beleza da criação, chamada a dar glória a Deus (cf., por exemplo, Gn 1, 4 e passim; Sl 8, 2; 104, 1 ss.; Sab 13, 3-5; Sir 39, 16. 33; 43, 1. 9). Talvez mais difícil, mas não menos intensa pode ser a contemplação das obras do engenho humano. As cidades também podem ter uma sua beleza peculiar, que deve levar as pessoas a protegerem o ambiente que as circunda. Uma boa planificação urbana constitui um aspecto importante da protecção do ambiente; e o respeito pelas características morfológicas da terra é um requisito indispensável para uma implantação ecologicamente correcta. Numa palavra, não se deve descurar nunca a relação que existe entre uma formação estética apropriada e a preservação de um ambiente sadio.

V. A questão ecológica: uma responsabilidade para todos

15. A questão ecológica nos dias de hoje assumiu tais dimensões, que nela está envolvida a *responsabilidade de todos*. Os vários aspectos da mesma, que procurei ilustrar, indicam a necessidade de esforços conjugados, com o fim de estabelecer os deveres e as tarefas que competem às pessoas individualmente consideradas, aos povos, aos Estados e à Comunidade internacional. Isto não somente anda junto com as tentativas para construir a paz, mas objectivamente também as confirma e reforça. Inserindo a questão ecológica no contexto mais vasto da causa da paz na sociedade humana, melhor nos damos conta quanto é importante prestar atenção àquilo que a terra e a atmosfera nos revelam: existe no universo uma ordem que deve ser respeitada; e a pessoa humana, dotada da possibilidade de livre escolha, tem uma grave responsabilidade na preservação desta ordem, também em função do bem-estar das gerações futuras. *A crise ecológica* - uma vez mais o repito

- é um problema moral.

Até mesmo os homens e mulheres que não têm particulares convicções religiosas, também eles, levados pelo sentido das próprias responsabilidades em relação ao bem comum, reconhecem o dever de contribuir para o saneamento do ambiente. Com maior razão, aqueles que acreditam em Deus criador e, por conseguinte, estão convencidos que existe no mundo uma ordem bem definida e que tem uma finalidade, devem sentir-se chamados a atender ao problema. Os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte da sua fé. Devem estar conscientes, portanto, do vasto campo de cooperação ecuménica e inter-religiosa que se abre diante deles.

16. Ao concluir esta Mensagem, desejo dirigir-me especialmente aos meus Irmãos e às minhas Irmãs da Igreja católica, para lhes recordar a obrigação importante de tomarem cuidado com tudo o que foi criado. O empenhamento de quem acredita em Deus por um ambiente sadio promana directamente da sua fé no mesmo Deus criador, das avaliações dos efeitos do pecado original e dos pecados pessoais e da certeza de terem sido remidos por Cristo. O respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana inclui também o respeito e o cuidado pelo universo criado, que está chamado a unir-se com o homem para glorificar a Deus (cf. *Sl* 148 e 96).

São Francisco de Assis, que proclamei em 1979 Patrono dos cultores da ecologia (cf. Carta Apost. *Inter Sanctos*: AAS 71 [1979], pp. 1509-1510), dá aos cristãos o exemplo de um respeito pleno e autêntico pela integridade da criação. Amigo dos pobres e amado pelas criaturas de Deus, ele convidou a todos – animais, plantas, forças naturais e até mesmo o irmão Sol e a irmã Lua – a honrarem e louvarem o Senhor. Do mesmo «Pobrezinho» de Assis nos vem o testemunho de que: estando em paz com Deus, melhor nos podemos consagrar a construir a paz com toda a criação, inseparável da paz entre os povos.

São meus votos que a sua inspiração: nos ajude a conservar sempre vivo o sentido da «fraternidade» com todas as coisas boas e belas criadas por Deus onnipotente; e nos alerte para o grave dever de as respeitar e conservar com cuidado, no quadro da mais ampla e mais elevada fraternidade humana.

Da Justiça de cada um nasce a Paz para todos (1998)

João Paulo II

1. A justiça anda em relação permanente e dinâmica com a paz. Justiça e paz têm em vista o bem de cada um e de todos, pelo que exigem ordem e verdade. Quando uma é ameaçada, vacilam as duas; quando se ofende a justiça, põe-se em perigo também a paz.

Porque existe uma estreita relação entre a justiça de cada um e a paz de todos, queria, através desta Mensagem para o Dia Mundial da Paz, dirigir-me antes de mais aos Chefes de Estado, tendo presente que actualmente o mundo, embora apareça em muitas regiões marcado por tensões, violência e conflitos, anda à procura de novos reajustamentos e de equilíbrios mais estáveis que levem a uma paz verdadeira e duradoura para a humanidade inteira.

Justiça e paz não são conceitos abstractos nem ideais inacessíveis; são valores inseridos no coração de cada pessoa, como património comum. Indivíduos, famílias, comunidades, nações, todos são chamados a viver na justiça e a trabalhar pela paz. Ninguém pode eximir-se desta responsabilidade.

Neste momento, penso por um lado naqueles que se encontram, contra a sua vontade, envolvidos em dolorosos conflitos, e por outro nos marginalizados, nos pobres, nas vítimas de qualquer género de exploração: são pessoas que experimentam na própria carne a ausência da paz e os efeitos dilacerantes da injustiça. Quem poderia ficar indiferente perante o seu anelo por uma vida radicada na justiça e na paz autêntica? É responsabilidade de todos agir de tal modo que isso lhes seja concedido: só haverá justiça plena, quando for possível a todos usufruírem igualmente dela.

A justiça é, simultaneamente, virtude moral e conceito legal. Às vezes é representada com os olhos vendados; na realidade, porém, é próprio da justiça estar atenta e vigilante, para garantir o equilíbrio entre direitos e deveres, e promover a partilha equitativa de ónus e benefícios. A justiça restaura, não destrói; e, antes que impelir à vingança, reconcilia. Se se observa bem, a sua raiz última está situada no amor, que tem a sua expressão mais significativa na misericórdia. Por isso, a justiça, separada do amor misericordioso, torna-se fria e cruel.

A justiça é virtude dinâmica e viva: defende e promove a dignidade inestimável da pessoa e preocupa-se pelo bem comum, sendo guardiã das relações entre as pessoas e os povos. O homem não vive sozinho; pelo contrário, desde o primeiro momento da sua existência está em

relação com os outros, de tal modo que o bem dele como indivíduo e o da sociedade caminham lado a lado: entre os dois aspectos, perdura um delicado equilíbrio.

A justiça fundamenta-se no respeito dos direitos humanos

2. A pessoa é, por natureza, dotada de direitos universais, invioláveis, inalienáveis. Contudo estes não subsistem isoladamente. A este propósito, o meu venerado Predecessor, Papa João XXIII, ensinava que a pessoa «possui direitos e deveres que emanam directa e simultaneamente da sua própria natureza»⁵⁴. É sobre o íntegro alicerce antropológico de tais direitos e deveres e também sobre a sua intrínseca correlação que assenta o autêntico baluarte da paz.

No últimos séculos, estes direitos humanos apareceram formulados em diversas declarações normativas e em instrumentos jurídicos vinculantes. A sua proclamação é recordada, com legítimo orgulho, na história de povos e nações à procura de justiça e de liberdade, mesmo porque frequentemente tal proclamação significou uma reviravolta depois de claras violações da dignidade de indivíduos e de populações inteiras.

Há cinquenta anos, após uma guerra marcada inclusivamente pela negação a certos povos do direito de existirem, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Tratou-se dum acto solene, a que se chegou, depois da triste experiência da guerra, movidos pela vontade de reconhecer formalmente *os mesmos direitos a todas as pessoas e a todos os povos*. No referido documento, lê-se a seguinte afirmação, que resistiu à prova do tempo: «O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos, iguais e inalienáveis, constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo»⁵⁵. Merecem igual atenção as palavras finais do documento: «Na presente Declaração, nada pode ser interpretado no sentido de implicar um direito de qualquer Estado, grupo ou pessoa exercer uma actividade ou realizar um acto que vise a destruição de alguns direitos e liberdades nela enunciados»⁵⁶. É dramático constatar como, ainda em nossos dias, tal determinação seja abertamente violada com a opressão, os conflitos, a corrupção, ou, de modo mais astucioso, através da tentativa de reinterpretar, mesmo distorcendo-lhes deliberadamente

⁵⁴ Carta enc. *Pacem in terris* (11 de Abril de 1963), I: AAS 55 (1963), 259.

⁵⁵ *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, preâmbulo.

⁵⁶ *Ibid.*, art. 30.

o sentido, as próprias definições contidas na Declaração Universal. Ora esta há-de ser observada integralmente, tanto na letra como no espírito. É que ela permanece — como fez questão de sublinhar o Papa Paulo VI, de veneranda memória — um dos maiores títulos de glória das Nações Unidas, «sobretudo quando se pensa na importância que lhe é atribuída como seguro caminho para a paz»⁵⁷.

Por ocasião do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que se celebra neste ano de 1998, vale a pena recordar que «a promoção e defesa dos direitos humanos é matéria de prioritária importância para a comunidade internacional»⁵⁸. É que, sobre esta efeméride, pesam as sombras de algumas reservas, levantadas a propósito de duas características essenciais da própria noção de direitos do homem: a sua *universalidade* e a sua *indivisibilidade*. Ora, estes traços distintivos têm de ser reafirmados vigorosamente para refutar as críticas de quem tenta desfrutar o argumento da especificidade cultural para encobrir violações dos direitos humanos, e ainda de quem empobrece o conceito de dignidade humana, negando consistência jurídica aos direitos económicos, sociais e culturais. Universalidade e indivisibilidade são dois princípios orientadores que postulam a exigência de radicar os direitos humanos nas diversas culturas e aprofundar a sua delineação jurídica para lhes assegurar o pleno respeito.

O respeito dos direitos humanos não comporta apenas a sua protecção no plano jurídico, mas deve ter em conta também todos os aspectos derivados da noção de dignidade humana, que está na base de todo o direito. Nesta perspectiva, assume grande relevo uma adequada atenção à dimensão educativa. Além disso, é importante considerar também a promoção dos direitos humanos: esta é fruto do amor pela pessoa como tal, «o qual [amor] vai além do que a justiça consegue alcançar»⁵⁹. No âmbito de tal promoção, dever-se-á, em particular, realizar maiores esforços para proteger os direitos da família, que é «o elemento natural e fundamental da sociedade»⁶⁰. (4 de Dezembro de 1983), 6-7.]

Globalização na solidariedade

3. As vastas transformações geopolíticas, verificadas depois de 1989, foram acompanhadas de verdadeiras revoluções no campo

57 Mensagem ao Presidente da 28ª Assembleia Geral das Nações Unidas, por ocasião do XXV aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem (10 de Dezembro de 1973): AAS 65 (1973), 674.

58 Declaração de Viena, Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem (Junho de 1993), preâmbulo I.

59 Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 78.

60 Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 16-§ 3. Cf. Carta dos Direitos da Família (22 de Outubro de 1983) apresentada pela Santa Sé: *L'Osservatore Romano* [ed. portuguesa].

social e económico. A globalização da economia e da alta finança é já uma realidade, e cada vez mais claramente se vai tirando proveito dos rápidos progressos nas tecnologias informáticas. Encontramo-nos no limiar duma nova era, que traz consigo grandes esperanças mas também interrogações inquietantes. Quais serão as consequências das mudanças em curso? Poderão *todos* tirar proveito dum mercado global? Terão *todos* finalmente a possibilidade de gozar da paz? As relações entre o *Mensagem ao Presidente da 28ª Assembleia Geral das Nações Unidas, por ocasião do XXV aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 de Dezembro de 1973): AAS 65 (1973), 674.s Estados serão mais equitativas, ou, pelo contrário, a concorrência económica e as rivalidades entre povos e nações conduzirão a humanidade para uma situação de instabilidade ainda maior?

Em ordem a uma sociedade mais equitativa e em prol duma paz mais estável num mundo a caminho da globalização, é tarefa urgente das organizações internacionais ajudar a promover o sentido de responsabilidade pelo bem comum. Mas, para se chegar a isso, é necessário não perder nunca de vista a pessoa humana, que deve ser colocada no centro de cada projecto social. Só assim é que as Nações Unidas se podem tornar uma verdadeira «família de nações», de acordo com o seu mandato primordial «de promover o progresso social e melhores condições de vida numa mais ampla liberdade»⁶¹. Esta é a estrada para construir uma comunidade mundial, baseada sobre «a confiança recíproca, o apoio mútuo e o respeito sincero»⁶². Em suma, o desafio é assegurar uma globalização *na solidariedade*, uma globalização *sem marginalização*. Isto constitui claramente um dever de justiça, que comporta notáveis implicações morais na organização da vida económica, social, cultural e política das nações.

O pesado fardo da dívida externa

4. Há nações e regiões inteiras do mundo que, por causa da sua frágil capacidade financeira ou económica, correm o risco de ficar excluídas duma economia que se vai globalizando. Outras possuem maiores recursos, mas não podem infelizmente tirar proveito deles por diversos motivos: desordens, conflitos internos, falta de estruturas adequadas, degradação ambiental, corrupção generalizada, criminalidade e outras

61 *Carta das Nações Unidas*, preâmbulo.

62 João Paulo II, *Discurso à Quinquagésima Assembleia Geral das Nações Unidas* (5 de Outubro de 1995), 14: *L'Osservatore Romano* [ed. portuguesa]

razões ainda. A globalização há-de ser conjugada com a solidariedade. Por isso, devem-se instituir ajudas especiais, de modo que os países que não são capazes, só com suas forças, de entrar com sucesso no mercado global, possam, recorrendo a tais ajudas, superar a sua actual situação de desvantagem. Isto é-lhes devido por justiça. Numa autêntica «família de nações», ninguém pode ficar excluído; pelo contrário, é o mais débil, o mais frágil que há-de ser apoiado para conseguir desenvolver plenamente as suas próprias potencialidades.

O meu pensamento não pode deixar de deter-se aqui numa das maiores dificuldades que têm hoje de enfrentar as nações mais pobres. Refiro-me ao pesado fardo da *dívida externa*, que compromete as economias de inteiros povos, freando o seu progresso social e político. Neste âmbito, recentes iniciativas das instituições financeiras internacionais puseram em acto uma importante tentativa de redução coordenada de tal dívida. Espero ardentemente que se continue a avançar por essa estrada aplicando com flexibilidade as condições previstas, de modo que todas as nações com direito a tal iniciativa possam beneficiar da mesma antes do ano 2000. Neste sentido, muito poderão fazer os países mais ricos, oferecendo o seu apoio para a concretização das referidas iniciativas.

A questão da dívida faz parte dum problema mais vasto: a persistência da pobreza, às vezes mesmo extrema, e a aparição de novas desigualdades que acompanham o processo de globalização. Se o objectivo é uma globalização *sem marginalização*, não se pode tolerar mais um mundo onde vivem lado a lado super-ricos e miseráveis, pobres privados mesmo do essencial e gente que esbanja desenfreadamente aquilo de que outros têm desesperada necessidade. Tais contrastes são uma afronta à dignidade da pessoa humana. Não faltam certamente meios adequados para eliminar a miséria, ou seja, a promoção de investimentos sociais e produtivos consistentes da parte de todas as instâncias económicas mundiais. Isto, porém, supõe que a comunidade internacional queira agir com a necessária determinação política. Foram já dados passos louváveis nesta direcção, mas uma solução duradoura requer o esforço concertado de todos, incluindo dos próprios Estados interessados.

Urge uma cultura da legalidade

5. E que dizer das graves desigualdades existentes *no seio* das nações? Situações de *pobreza extrema*, onde quer que apareçam, constituem a primeira injustiça. A sua eliminação deve significar para todos uma prioridade tanto a nível nacional como internacional.

Não se pode calar, depois, o *vício da corrupção*, que mina o progresso social e político de tantos povos. É um fenómeno crescente, que vai penetrando insidiosamente em muitos sectores da sociedade, burlando-se da lei e ignorando as normas da justiça e da verdade. A corrupção é difícil de combater, porque assume múltiplas formas: sufocada numa área, renasce por vezes noutra. É preciso coragem mesmo só para denunciá-la. Depois, para suprimi-la, requer-se, juntamente com a vontade tenaz das autoridades, o apoio generoso de todos os cidadãos, sustentados por uma forte consciência moral.

Uma grande responsabilidade nesta batalha recai sobre as pessoas que detêm cargos públicos. É seu dever empenhar-se por uma equitativa aplicação da lei e pela transparência em todos os actos da administração pública. Posto ao serviço dos cidadãos, o Estado é o gestor dos bens do povo, que deve administrar tendo em vista o bem comum. O bom governo requer o controlo pontual e a plena legalidade em *todas* as transacções económicas e financeiras. Não se pode permitir de maneira alguma que os recursos destinados ao bem público sirvam para outros interesses de carácter privado ou mesmo criminoso.

O uso fraudulento do dinheiro público penaliza sobretudo os pobres, que são os primeiros a sofrerem a privação dos serviços básicos indispensáveis para o desenvolvimento da pessoa. Quando, depois, a corrupção se infiltra na administração da justiça, são ainda os pobres quem mais duramente suporta as consequências: atrasos, ineficácia, carências estruturais, falta duma defesa adequada. E tantas vezes não lhes resta outro caminho senão sofrer a prepotência.

Formas de injustiça particularmente graves

6. Existem ainda outras formas de injustiça que põem em risco a paz. Desejo aqui lembrar duas: antes de mais, *a falta de meios para um acesso equitativo ao crédito*. Muitas vezes, os pobres são constrangidos a ficar fora dos circuitos económicos normais ou a colocar-se nas mãos de traficantes de dinheiro sem escrúpulos, que exigem juros exorbitantes, com o resultado final de ter piorado uma situação já de si precária. Por isso, é dever de todos empenhar-se para que lhes seja facultado o acesso ao crédito em termos equitativos e com juros favoráveis. Verdade é que já existem, em diversas partes do mundo, instituições financeiras que oferecem o micro-crédito em condições vantajosas a quem dele necessita. Há que encorajar tais iniciativas, porque é por esta estrada que se pode chegar a cortar pela raiz a vergonhosa praga da usura, fazendo com

que os meios económicos necessários para um progresso decoroso das famílias e comunidades sejam acessíveis a todos.

E que dizer do aumento da *violência contra as mulheres, as meninas e os meninos*? Esta constitui, hoje, uma das violações dos direitos humanos mais generalizada, transformada tragicamente em instrumento de terror: mulheres tomadas como reféns, menores barbaramente massacrados. A isto vem juntar-se a violência da prostituição forçada e da pornografia infantil, e ainda a exploração do trabalho de menores em condições de verdadeira escravatura. Para obstar à expansão destas formas de violência, são necessárias iniciativas concretas e, de modo particular, medidas legislativas apropriadas a nível nacional e internacional. Impõe-se um árduo trabalho de educação e promoção cultural, a fim de que, como já várias vezes recordei em Mensagens anteriores, seja reconhecida e respeitada a dignidade de cada pessoa. De facto, no património ético-cultural da humanidade inteira e de cada pessoa, há uma componente que não pode absolutamente faltar: a consciência de que os seres humanos são todos iguais em dignidade, merecem o mesmo respeito e são sujeitos dos mesmos direitos e deveres.

Edificar a paz na justiça é obrigação de todos e de cada um

7. A paz para todos nasce da justiça de cada um. Ninguém se pode eximir de uma obrigação tão importante e decisiva para a humanidade. Ela chama em causa todo o homem e mulher, segundo as respectivas competências e responsabilidades.

Faço apelo, antes de mais, a vós, *Chefes de Estado e Responsáveis das nações*, a quem está confiada a suprema vigilância do estado de direito nos respectivos países. Cumprir tão alta função certamente não é fácil, mas constitui uma das vossas tarefas prioritárias. Possam as regulamentações dos Estados, que servis, constituir, para as populações, garantia de justiça e estímulo para um crescimento constante da consciência civil.

Construir a paz na justiça exige, além disso, o contributo das *várias categorias sociais*, cada uma no próprio âmbito e em sinergia com as demais componentes da comunidade. A minha palavra de ânimo vai, de modo particular, para vós, *professores*, empenhados a todos os níveis na instrução e educação das novas gerações: formai-as nos valores morais e civis, infundindo nelas um elevado sentido dos direitos e dos deveres, a começar pelo âmbito mesmo da comunidade escolar. Educar para a justiça, a fim de educar para a paz: esta é uma das vossas tarefas primárias.

No caminho da educação, é insubstituível a *família* que permanece o ambiente privilegiado para a formação das novas gerações. Do vosso exemplo, queridos *pais*, depende em grande medida a fisionomia moral dos vossos filhos: estes assimilam-na a partir do estilo de relações que estabeleceis dentro e fora do núcleo familiar. A família é a primeira escola de vida, e a configuração aí recebida é decisiva para todo o desenvolvimento futuro da pessoa.

Por fim, uma palavra a vós, *jovens* do mundo inteiro, que espontaneamente aspirais pela justiça e a paz: mantende viva a tensão para estes ideais, empenhando-vos, com paciência e tenacidade, a alcançá-los nas condições concretas onde vos encontrais a viver. Com prontidão, rejeitai as tentações de tomar atalhos ilegais para chegar a falsas miragens de sucesso ou de riqueza; mas, ao contrário, cultivai o gosto do que é justo e verdadeiro, mesmo quando cingir-se a esta linha requer sacrifício e obriga a seguir contra corrente. É assim que «da justiça de cada um nasce a paz para todos».

A partilha, caminho para a paz

8. Aproxima-se a largos passos o Jubileu do ano 2000, um tempo visto pelos crentes como dedicado de modo especial a Deus, Senhor da história, um apelo a todos para a radical dependência da criatura do seu Criador. Mas, segundo a tradição da Bíblia, o Jubileu era também o tempo da libertação dos escravos, da restituição da terra ao seu legítimo proprietário, do perdão das dívidas, e do consequente restabelecimento das formas de igualdade entre todos os membros do povo. Portanto, trata-se dum tempo privilegiado para alcançar aquela justiça que conduz à paz.

Em virtude da sua fé em Deus-amor e da sua participação na redenção universal de Cristo, os cristãos são chamados a comportar-se segundo a justiça e a viver em paz com todos, porque «Jesus não nos deu simplesmente a paz. Deu-nos a *sua* paz, acompanhada pela *sua* justiça. Uma vez que Ele é paz e justiça, pode tornar-Se a *nossa* paz e a *nossa* justiça»⁶³. Pronunciei estas palavras já lá vão quase vinte anos, mas hoje, no horizonte das mudanças radicais em curso, elas adquirem um sentido ainda mais concreto e vivo.

Um sinal distintivo do cristão deve ser, hoje mais que nunca, o amor pelos pobres, os débeis, os doentes. Viver este imperioso compromisso requer uma inversão total daqueles supostos valores que

63 João Paulo II, *Homília no «Yankee Stadium» de Nova Iorque* (2 de Outubro de 1979), 1: AAS 71 (1979), 1169.

induzem a procurar o bem apenas para si próprio: o poder, o prazer, o enriquecimento sem escrúpulos. É precisamente a esta conversão radical que são chamados os discípulos de Cristo. Quantos se empenharem a seguir por esta estrada, experimentarão verdadeiramente «justiça, paz e alegria no Espírito Santo» (Rm 14, 17), e hão-de saborear «um fruto de paz e de justiça» (Hb 12, 11).

Desejo propor novamente aos cristãos dos diversos continentes a seguinte advertência do Concílio Vaticano II: «Satisfaçam-se antes de mais as exigências da justiça, para que não se ofereça como dom de caridade aquilo que já é devido a título de justiça»⁶⁴. Constrói-se uma sociedade verdadeiramente solidária, quando aqueles que possuem bens não se limitam a retirar apenas do supérfluo para ajudar os pobres. Além disso, não basta oferecer bens materiais; é preciso *espírito de partilha*, para se sentir como um título de honra a possibilidade de dedicar os próprios cuidados e serviços às necessidades dos irmãos em dificuldade. Tanto nos cristãos como nos seguidores de outras religiões e em muitos homens e mulheres de boa vontade, sente-se hoje o apelo a um estilo de vida simples como condição para que possa tornar-se realidade a equitativa partilha dos frutos da criação de Deus. Quem vive na miséria não pode esperar mais: precisa *agora* e, por isso, tem direito a receber *imediatamente* o necessário.

O Espírito Santo operante no mundo

9. Começou, no primeiro domingo do Advento, o segundo ano de preparação imediata para o Grande Jubileu do ano 2000, dedicado ao Espírito Santo. O Espírito da esperança opera no mundo. Está presente no serviço desinteressado de quem trabalha junto dos marginalizados e dos doentes, de quem acolhe os imigrantes e refugiados, de quem corajosamente se recusa a rejeitar uma pessoa ou um grupo social por motivos étnicos, culturais e religiosos; está presente, de modo especial, na acção generosa daqueles que, com paciência e constância, continuam a promover a paz e a reconciliação entre aqueles que outrora eram adversários e inimigos. Estes são alguns dos sinais de esperança que encorajam a procurar a justiça que conduz à paz.

O coração da mensagem evangélica é Cristo, paz e reconciliação para todos. Possa o seu rosto iluminar o caminho da humanidade, prestes a transpor o limiar do terceiro milénio!

⁶⁴ Decreto sobre o apostolado dos leigos, *Apostolicam actuositatem*, 8.

E que a justiça e a paz de Cristo se torne um dom para todos, sem distinção alguma!

«Então o deserto se converterá num pomar
e o pomar será como um bosque.
No deserto habitará o direito,
e a justiça no pomar.
A paz será obra da justiça,
e o fruto da justiça será a tranquilidade e a
segurança para sempre» (Is 32,15-17).

Vaticano, 8 de Dezembro de 1997.

Se quiseres cultivar a Paz, preserva a Criação (2010)

Bento XVI

1. Por ocasião do início do Ano Novo, desejo expressar os mais ardentes votos de paz a todas as comunidades cristãs, aos responsáveis das nações, aos homens e mulheres de boa vontade do mundo inteiro. Para este XLIII Dia Mundial da Paz, escolhi o tema: *Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação*. O respeito pela criação reveste-se de grande importância, designadamente porque «a criação é o princípio e o fundamento de todas as obras de Deus»⁶⁵ e a sua salvaguarda torna-se hoje essencial para a convivência pacífica da humanidade. Com efeito, se são numerosos os perigos que ameaçam a paz e o autêntico desenvolvimento humano integral, devido à desumanidade do homem para com o seu semelhante – guerras, conflitos internacionais e regionais, actos terroristas e violações dos direitos humanos –, não são menos preocupantes os perigos que derivam do desleixo, se não mesmo do abuso, em relação à terra e aos bens naturais que Deus nos concedeu. Por isso, é indispensável que a humanidade renove e reforce «aquela aliança entre ser humano e ambiente que deve ser espelho do amor criador de Deus, de Quem provimos e para Quem estamos a caminho»⁶⁶.

2. Na encíclica *Caritas in veritate*, pus em realce que o desenvolvimento humano integral está intimamente ligado com os deveres que nascem da *relação do homem com o ambiente natural*, considerado como uma dádiva de Deus para todos, cuja utilização comporta uma responsabilidade comum para com a humanidade inteira, especialmente os pobres e as gerações futuras. Assinalei também que corre o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade, quando a natureza e sobretudo o ser humano são considerados simplesmente como fruto do acaso ou do determinismo evolutivo⁶⁷. Pelo contrário, conceber a criação como dádiva de Deus à humanidade ajuda-nos a compreender a vocação e o valor do homem; na realidade, cheios de admiração, podemos proclamar com o salmista: «Quando contemplo os céus, obra das vossas mãos, a lua e as estrelas que lá colocastes, que é o homem para que Vos lembreis dele, o filho do homem para dele Vos ocupardes?» (Sl 8, 4-5). Contemplar

⁶⁵ *Catecismo da Igreja Católica*, 198.

⁶⁶ Bento XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz* (1 de Janeiro de 2008), 7.

⁶⁷ Cf. n. 48.

a beleza da criação é um estímulo para reconhecer o amor do Criador; aquele Amor que «move o sol e as outras estrelas»⁶⁸.

3. Há vinte anos, ao dedicar a Mensagem do Dia Mundial da Paz ao tema *Paz com Deus criador, paz com toda a criação*, o Papa João Paulo II chamava a atenção para a relação que nós, enquanto criaturas de Deus, temos com o universo que nos circunda. «Observa-se nos nossos dias – escrevia ele – uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada (...) também pela falta do respeito devido à natureza». E acrescentava que esta *consciência ecológica* «não deve ser reprimida mas antes favorecida, de maneira que se desenvolva e vá amadurecendo até encontrar expressão adequada em programas e iniciativas concretas»⁶⁹. Já outros meus predecessores se referiram à relação existente entre o homem e o ambiente; por exemplo, em 1971, por ocasião do octogésimo aniversário da encíclica *Rerum novarum* de Leão XIII, Paulo VI houve por bem sublinhar que, «por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o homem] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação». E acrescentou que, deste modo, «não só o ambiente material se torna uma ameaça permanente – poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto – mas é o próprio contexto humano que o homem não consegue dominar, criando assim para o dia de amanhã um ambiente global que se lhe poderá tornar insuportável. Problema social de grande envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana»⁷⁰.

4. Embora evitando de intervir sobre soluções técnicas específicas, a Igreja, «perita em humanidade», tem a peito chamar vigorosamente a atenção para a relação entre o Criador, o ser humano e a criação. Em 1990, João Paulo II falava de «crise ecológica» e, realçando o carácter prevalementemente ético de que a mesma se revestia, indicava «a urgente necessidade moral de uma nova solidariedade»⁷¹. Hoje, com o proliferar de manifestações duma crise que seria irresponsável não tomar em séria consideração, tal apelo aparece ainda mais premente. Pode-se porventura ficar indiferente perante as problemáticas que derivam de fenómenos como as alterações climáticas, a desertificação, o deterioramento e a perda de produtividade de vastas áreas agrícolas, a poluição dos rios e dos lençóis de água, a perda da biodiversidade, o aumento de calamidades

68 Dante Alighieri, *Divina Comédia: O Paraíso*, XXXIII, 145.

69 *Mensagem para o Dia Mundial da Paz* (1 de Janeiro de 1990), 1.

70 Carta ap. *Octogesima adveniens*, 21.

71 *Mensagem para o Dia Mundial da Paz* (1 de Janeiro de 1990), 10.

naturais, o desflorestamento das áreas equatoriais e tropicais? Como descurar o fenómeno crescente dos chamados «prófugos ambientais», ou seja, pessoas que, por causa da degradação do ambiente onde vivem, se vêem obrigadas a abandoná-lo – deixando lá muitas vezes também os seus bens – tendo de enfrentar os perigos e as incógnitas de uma deslocação forçada? Com não reagir perante os conflitos, já em acto ou potenciais, relacionados com o acesso aos recursos naturais? Trata-se de um conjunto de questões que têm um impacto profundo no exercício dos direitos humanos, como, por exemplo, o direito à vida, à alimentação, à saúde, ao desenvolvimento.

5. Entretanto tenha-se na devida conta que não se pode avaliar a crise ecológica prescindindo das questões relacionadas com ela, nomeadamente o próprio conceito de desenvolvimento e a visão do homem e das suas relações com os seus semelhantes e com a criação. Por isso, é decisão sensata realizar uma *revisão profunda e clarividente do modelo de desenvolvimento* e também reflectir sobre o sentido da economia e dos seus objectivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações. Exige-o o estado de saúde ecológica da terra; reclama-o também e sobretudo a crise cultural e moral do homem, cujos sintomas há muito tempo que se manifestam por toda a parte⁷². A humanidade tem necessidade de uma *profunda renovação cultural*; precisa de *redescobrir aqueles valores que constituem o alicerce firme* sobre o qual se pode construir um futuro melhor para todos. As situações de crise que está atravessando, de carácter económico, alimentar, ambiental ou social, no fundo são também crises morais e estão todas interligadas. Elas obrigam a projectar de novo a estrada comum dos homens. Impõem, de maneira particular, um modo de viver marcado pela sobriedade e solidariedade, com novas regras e formas de compromisso, apostando com confiança e coragem nas experiências positivas realizadas e rejeitando decididamente as negativas. É o único modo de fazer com que a crise actual se torne uma *ocasião para discernimento e nova projectação*.

6. Porventura não é verdade que, na origem daquela que em sentido cósmico chamamos «natureza», há «um desígnio de amor e de verdade»? O mundo «não é fruto duma qualquer necessidade, dum destino cego ou do acaso, (...) procede da vontade livre de Deus, que quis fazer as criaturas participantes do seu Ser, da sua sabedoria e da sua bondade»⁷³.

⁷² Cf. Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 32.

⁷³ *Catecismo da Igreja Católica*, 295.

Nas suas páginas iniciais, o livro do *Génesis* introduz-nos no projecto sapiente do cosmos, fruto do pensamento de Deus, que, no vértice, colocou o homem e a mulher, criados à imagem e semelhança do Criador, para «encher e dominar a terra» como «administradores» em nome do próprio Deus (cf. *Gn* 1, 28). A harmonia descrita na Sagrada Escritura entre o Criador, a humanidade e a criação foi quebrada pelo pecado de Adão e Eva, do homem e da mulher, que pretenderam ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-se como suas criaturas. Em consequência, ficou deturpada também a tarefa de «dominar» a terra, de a «cultivar e guardar» e gerou-se um conflito entre eles e o resto da criação (cf. *Gn* 3, 17-19). O ser humano deixou-se dominar pelo egoísmo, perdendo o sentido do mandato de Deus, e, no relacionamento com a criação, comportou-se como explorador pretendendo exercer um domínio absoluto sobre ela. Mas o verdadeiro significado do mandamento primordial de Deus, bem evidenciado no livro do *Génesis*, não consistia numa simples concessão de autoridade, mas antes num apelo à responsabilidade. Aliás, a sabedoria dos antigos reconhecia que a natureza está à nossa disposição, mas não como «um monte de lixo espalhado ao acaso»⁷⁴, enquanto a Revelação bíblica nos fez compreender que a natureza é dom do Criador, o Qual lhe traçou os ordenamentos intrínsecos a fim de que o homem pudesse deduzir deles as devidas orientações para a «cultivar e guardar» (cf. *Gn* 2, 15)⁷⁵. Tudo o que existe pertence a Deus, que o confiou aos homens, mas não à sua arbitrária disposição. E quando o homem, em vez de desempenhar a sua função de colaborador de Deus, se coloca no lugar de Deus, acaba por provocar a rebelião da natureza, «mais tiranizada que governada por ele»⁷⁶. O homem tem, portanto, o dever de exercer um governo responsável da criação, preservando-a e cultivando-a⁷⁷.

7. Infelizmente temos de constatar que um grande número de pessoas, em vários países e regiões da terra, experimenta dificuldades cada vez maiores, porque muitos se descuidam ou se recusam a exercer sobre o ambiente um governo responsável. O Concílio Ecuménico Vaticano II lembrou que «Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos»⁷⁸. Por isso, a herança da criação pertence à humanidade inteira. Entretanto o ritmo actual de exploração põe seriamente em perigo a disponibilidade de alguns recursos naturais não

74 Heráclito de Éfeso (± 535-475 a.C.), Fragmento 22B124, in H. Diels-W. Kranz, *Die Fragmente der Vorsokratiker* (Weidmann, Berlin 19526).

75 Cf. Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 48.

76 João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 37.

77 Cf. Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 50.

78 Const. past. *Gaudium et spes*, 69.

só para a geração actual, mas sobretudo para as gerações futuras⁷⁹. Ora não é difícil constatar como a degradação ambiental é muitas vezes o resultado da falta de projectos políticos clarividentes ou da perseguição de míopes interesses económicos, que se transformam, infelizmente, numa séria ameaça para a criação. Para contrastar tal fenómeno, na certeza de que «cada decisão económica tem consequências de carácter moral»⁸⁰, é necessário também que a actividade económica seja mais respeitadora do ambiente. Quando se lança mão dos recursos naturais, é preciso preocupar-se com a sua preservação prevendo também os seus custos em termos ambientais e sociais, que se devem contabilizar como uma parcela essencial da actividade económica. Compete à comunidade internacional e aos governos nacionais dar os justos sinais para contrastar de modo eficaz, no uso do ambiente, as modalidades que resultem danosas para o mesmo. Para proteger o ambiente e tutelar os recursos e o clima é preciso, por um lado, agir no respeito de normas bem definidas mesmo do ponto de vista jurídico e económico e, por outro, ter em conta a solidariedade devida a quantos habitam nas regiões mais pobres da terra e às gerações futuras.

8. Na realidade, é urgente a obtenção de uma leal *solidariedade entre as gerações*. Os custos resultantes do uso dos recursos ambientais comuns não podem ficar a cargo das gerações futuras. «Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um facto e um benefício, mas também um dever. *Trata-se de uma responsabilidade que as gerações presentes têm em relação às futuras*, uma responsabilidade que pertence também a cada um dos Estados e à comunidade internacional»⁸¹. O uso dos recursos naturais deverá verificar-se em condições tais que as vantagens imediatas não comportem consequências negativas para os seres vivos, humanos e não humanos, presentes e vindouros; que a tutela da propriedade privada não dificulte o destino universal dos bens⁸²; que a intervenção do homem não comprometa a fecundidade da terra para benefício do dia de hoje e do amanhã. Para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade

79 Cf. João Paulo II, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis*, 34.

80 Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 37.

81 Pont. Conselho «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 467; cf. Paulo VI, Carta enc. *Populorum progressio*, 17.

82 Cf. João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 30-31.43.

moral de uma renovada *solidariedade entre os indivíduos da mesma geração*, especialmente nas relações entre os países em vias de desenvolvimento e os países altamente industrializados: «A comunidade internacional tem o imperioso dever de encontrar as vias institucionais para regular a exploração dos recursos não renováveis, com a participação também dos países pobres, de modo a planificar em conjunto o futuro»⁸³. A *crise ecológica manifesta a urgência de uma solidariedade que se projecte no espaço e no tempo*. Com efeito, é importante reconhecer, entre as causas da crise ecológica actual, a responsabilidade histórica dos países industrializados. Contudo os países menos desenvolvidos e, de modo particular, os países emergentes não estão exonerados da sua própria responsabilidade para com a criação, porque o dever de adoptar gradualmente medidas e políticas ambientais eficazes pertence a todos. Isto poder-se-ia realizar mais facilmente se houvesse cálculos menos interesseiros na assistência, na transferência dos conhecimentos e tecnologias menos poluidoras.

9. Um dos nós principais a enfrentar pela comunidade internacional é, sem dúvida, o dos recursos energéticos, delineando estratégias compartilhadas e sustentáveis para satisfazer as necessidades de energia da geração actual e das gerações futuras. Para isso, é preciso que as sociedades tecnologicamente avançadas estejam dispostas a favorecer comportamentos caracterizados pela sobriedade, diminuindo as próprias necessidades de energia e melhorando as condições da sua utilização. Ao mesmo tempo é preciso promover a pesquisa e a aplicação de energias de menor impacto ambiental e a «redistribuição mundial dos recursos energéticos, de modo que os próprios países desprovidos possam ter acesso aos mesmos»⁸⁴. Deste modo, a crise ecológica oferece uma oportunidade histórica para elaborar uma resposta colectiva tendente a converter o modelo de desenvolvimento global segundo uma direcção mais respeitadora da criação e de um desenvolvimento humano integral, inspirado nos valores próprios da caridade na verdade. Faço votos, portanto, de que se adopte um modelo de desenvolvimento fundado na centralidade do ser humano, na promoção e partilha do bem comum, na responsabilidade, na consciência da necessidade de mudar os estilos de vida e na prudência, virtude que indica as acções que se devem realizar hoje na previsão do que poderá suceder amanhã⁸⁵.

83 Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 49.

84 *Ibid.*, 49.

85 Cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, II-II, q. 49, 5.

10. A fim de guiar a humanidade para uma gestão globalmente sustentável do ambiente e dos recursos da terra, o homem é chamado a concentrar a sua inteligência no campo da pesquisa científica e tecnológica e na aplicação das descobertas que daí derivam. A «nova solidariedade», que João Paulo II propôs na *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1960*⁸⁶, e a «solidariedade global», a que eu mesmo fiz apelo na *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2009*⁸⁷, apresentam-se como atitudes essenciais para orientar o compromisso de tutela da criação através de um sistema de gestão dos recursos da terra melhor coordenado a nível internacional, sobretudo no momento em que se vê aparecer, de forma cada vez mais evidente, a forte relação que existe entre a luta contra a degradação ambiental e a promoção do desenvolvimento humano integral. Trata-se de uma dinâmica imprescindível, já que «o desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade»⁸⁸. Muita são hoje as oportunidades científicas e os potenciais percursos inovadores, mediante os quais é possível fornecer soluções satisfatórias e respeitadoras da relação entre o homem e o ambiente. Por exemplo, é preciso encorajar as pesquisas que visam identificar as modalidades mais eficazes para explorar a grande potencialidade da energia solar. A mesma atenção se deve prestar à questão, hoje mundial, da água e ao sistema hidrogeológico global, cujo ciclo se reveste de primária importância para a vida na terra, mas está fortemente ameaçado na sua estabilidade pelas alterações climáticas. De igual modo deve-se procurar apropriadas estratégias de desenvolvimento rural centradas nos pequenos cultivadores e nas suas famílias, sendo necessário também elaborar políticas idóneas para a gestão das florestas, o tratamento do lixo, a valorização das sinergias existentes no contraste às alterações climáticas e na luta contra a pobreza. São precisas políticas nacionais ambiciosas, completadas pelo necessário empenho internacional que há-de trazer importantes benefícios sobretudo a médio e a longo prazo. Enfim, é necessário sair da lógica de mero consumo para promover formas de produção agrícola e industrial que respeitem a ordem da criação e satisfaçam as necessidades primárias de todos. A questão ecológica não deve ser enfrentada apenas por causa das pavorosas perspectivas que a degradação ambiental esboça no horizonte; o motivo principal há-de ser a busca duma autêntica solidariedade de dimensão mundial, inspirada pelos valores da caridade, da justiça e do bem comum. Por outro lado,

⁸⁶ Cf. n. 9.

⁸⁷ Cf. n. 8.

⁸⁸ Paulo VI, Carta enc. *Populorum progressio*, 43.

como já tive ocasião de recordar, a técnica «nunca é simplesmente técnica; mas manifesta o homem e as suas aspirações ao desenvolvimento, exprime a tensão do ânimo humano para uma gradual superação de certos condicionamentos materiais. Assim, a técnica insere-se no mandato de “cultivar e guardar a terra” (cf. Gn 2, 15) que Deus confiou ao homem, e há-de ser orientada para reforçar aquela aliança entre ser humano e ambiente em que se deve reflectir o amor criador de Deus»⁸⁹.

11. É cada vez mais claro que o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós, os estilos de vida e os modelos de consumo e de produção hoje dominantes, muitas vezes insustentáveis do ponto de vista social, ambiental e até económico. Torna-se indispensável uma real mudança de mentalidade que induza a todos a adoptarem *novos estilos de vida*, «nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom e a comunhão com os outros homens, em ordem ao crescimento comum, sejam os elementos que determinam as opções do consumo, da poupança e do investimento»⁹⁰. Deve-se educar cada vez mais para se construir a paz a partir de opções clarividentes a nível pessoal, familiar, comunitário e político. Todos somos responsáveis pela protecção e cuidado da criação. Tal responsabilidade não conhece fronteiras. Segundo o *princípio de subsidiariedade*, é importante que cada um, no nível que lhe corresponde, se comprometa a trabalhar para que deixem de prevalecer os interesses particulares. Um papel de sensibilização e formação compete de modo particular aos vários sujeitos da sociedade civil e às organizações não-governamentais, empenhados com determinação e generosidade na difusão de uma responsabilidade ecológica, que deveria aparecer cada vez mais ancorada ao respeito pela «ecologia humana». Além disso, é preciso lembrar a responsabilidade dos meios de comunicação social neste âmbito, propondo modelos positivos que sirvam de inspiração. É que ocupar-se do ambiente requer uma visão larga e global do mundo; um esforço comum e responsável a fim de passar de uma lógica centrada sobre o interesse egoísta da nação para uma visão que sempre abrace as necessidades de todos os povos. Não podemos permanecer indiferentes àquilo que sucede ao nosso redor, porque a deterioração de uma parte qualquer do mundo recairia sobre todos. As relações entre pessoas, grupos sociais e Estados, bem como as relações entre homem e ambiente são chamadas a assumir o estilo do respeito e da «caridade na verdade». Neste contexto alargado,

⁸⁹ Carta enc. *Caritas in veritate*, 69.

⁹⁰ João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 36

é altamente desejável que encontrem eficaz correspondência os esforços da comunidade internacional que visam obter um progressivo desarmamento e um mundo sem armas nucleares, cuja mera presença ameaça a vida da terra e o processo de desenvolvimento integral da humanidade actual e futura.

12. *A Igreja tem a sua parte de responsabilidade pela criação* e sente que a deve exercer também em âmbito público, para defender a terra, a água e o ar, dádivas feitas por Deus Criador a todos, e antes de tudo para proteger o homem contra o perigo da destruição de si mesmo. Com efeito, a degradação da natureza está intimamente ligada à cultura que molda a convivência humana, pelo que, «quando a “ecologia humana” é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental»⁹¹. Não se pode pedir aos jovens que respeitem o ambiente, se não são ajudados, em família e na sociedade, a respeitar-se a si mesmos: o livro da natureza é único, tanto sobre a vertente do ambiente como sobre a da ética pessoal, familiar e social⁹². Os deveres para com o ambiente derivam dos deveres para com a pessoa considerada em si mesma e no seu relacionamento com os outros. Por isso, de bom grado encorajo a educação para uma responsabilidade ecológica, que, como indiquei na encíclica *Caritas in veritate*, salvguarde uma autêntica «ecologia humana» e consequentemente afirme, com renovada convicção, a inviolabilidade da vida humana em todas as suas fases e condições, a dignidade da pessoa e a missão insubstituível da família, onde se educa para o amor ao próximo e o respeito da natureza⁹³. É preciso preservar o património humano da sociedade. Este património de valores tem a sua origem e está inscrito na lei moral natural, que é fundamento do respeito da pessoa humana e da criação.

13. Por fim não se deve esquecer o facto, altamente significativo, de que muitos encontram tranquilidade e paz, sentem-se renovados e revigorados quando entram em contacto directo com a beleza e a harmonia da natureza. Existe aqui uma espécie de reciprocidade: quando cuidamos da criação, constatamos que Deus, através da criação, cuida de nós. Por outro lado, uma visão correcta da relação do homem com o ambiente impede de absolutizar a natureza ou de a considerar mais importante do que a pessoa. Se o magistério da Igreja exprime perplexidades acerca de uma concepção do ambiente inspirada no

⁹¹ Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 51

⁹² Cf. *ibid.*, 15.51

⁹³ Cf. *ibid.*, 28.51.61; João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 38.39.

ecocentrismo e no biocentrismo, fá-lo porque tal concepção elimina a diferença ontológica e axiológica entre a pessoa humana e os outros seres vivos. Deste modo, chega-se realmente a eliminar a identidade e a função superior do homem, favorecendo uma visão igualitarista da «dignidade» de todos os seres vivos. Assim se dá entrada a um novo panteísmo com acentos neopagãos que fazem derivar apenas da natureza, entendida em sentido puramente naturalista, a salvação para o homem. Ao contrário, a Igreja convida a colocar a questão de modo equilibrado, no respeito da «gramática» que o Criador inscreveu na sua obra, confiando ao homem o papel de guardião e administrador responsável da criação, papel de que certamente não deve abusar mas também não pode abdicar. Com efeito, a posição contrária, que considera a técnica e o poder humano como absolutos, acaba por ser um grave atentado não só à natureza, mas também à própria dignidade humana⁹⁴.

14. *Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação.* A busca da paz por parte de todos os homens de boa vontade será, sem dúvida alguma, facilitada pelo reconhecimento comum da relação indivisível que existe entre Deus, os seres humanos e a criação inteira. Os cristãos, iluminados pela Revelação divina e seguindo a Tradição da Igreja, prestam a sua própria contribuição. Consideram o cosmos e as suas maravilhas à luz da obra criadora do Pai e redentora de Cristo, que, pela sua morte e ressurreição, reconciliou com Deus «todas as criaturas, na terra e nos céus» (Cl 1, 20). Cristo crucificado e ressuscitado concedeu à humanidade o dom do seu Espírito santificador, que guia o caminho da história à espera daquele dia em que, com o regresso glorioso do Senhor, serão inaugurados «novos céus e uma nova terra» (2 Pd 3, 13), onde habitarão a justiça e a paz para sempre. Assim, proteger o ambiente natural para construir um mundo de paz é dever de toda a pessoa. Trata-se de um desafio urgente que se há-de enfrentar com renovado e concorde empenho; é uma oportunidade providencial para entregar às novas gerações a perspectiva de um futuro melhor para todos. Disto mesmo estejam cientes os responsáveis das nações e quantos, nos diversos níveis, têm a peito a sorte da humanidade: a salvaguarda da criação e a realização da paz são realidades intimamente ligadas entre si. Por isso, convido todos os crentes a elevarem a Deus, Criador onnipotente e Pai misericordioso, a sua oração fervorosa, para que no coração de cada homem e de cada mulher ressoe, seja acolhido e vivido o premente apelo: *Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação.*

Vaticano, 8 de Dezembro de 2009.

94 Cf. Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 70

Paz com Justiça para toda a Criação

Conferência das Igrejas Europeias Conselho das Conferências Episcopais da Europa

Assembleia Ecuménica Europeia

Basileia / Suíça: 15 – 21 de Maio de 1989

*Transcrição das “Afirmações e Compromissos”
dessa Assembleia a partir da tradução feita
pela Pax Christi – Secção Portuguesa e que
divulgou todo o Documento Final em Cadernos
policopiados.*

70. A Assembleia Ecuménica Europeia PAZ COM JUSTIÇA é uma etapa num processo. Ela não é o próprio processo. Queremos sublinhar que buscamos um elevado consenso no que podemos e dizer e fazer juntos, como igrejas e Cristãos Europeus, pela justiça, paz e integridade da criação.

71. Como delegados das igrejas europeias, empenhamo-nos em trabalhar nas nossas igrejas e sociedades pela justiça, paz e integridade da criação. Pedimos às igrejas na Europa que façam o mesmo nos seus respectivos países e internacionalmente. A renovação pessoal e a mudança das estruturas são duas faces da mesma moeda neste compromisso.

72. Na fidelidade ao Evangelho, como delegados das igrejas europeias:

Consideramos um escândalo e um crime que, todos os anos, milhões de pessoas tenham de morrer de fome, num mundo em que existem recursos suficientes e poderia haver comida bastante para todos.

Comprometemo-nos a partilhar os nossos recursos. Comprometemo-nos numa opção preferencial pelos pobres, pelos oprimidos e pelos sem-poder. Iremos trabalhar por uma nova ordem económica internacional.

73. Consideramos um escândalo e um crime a forma como os direitos humanos são violados. Os seres humanos são criados à imagem de Deus e têm um direito inalienável às garantias fundamentais da vida. Comprometemo-nos em lutar contra todas as violações dos direitos humanos e contra as estruturas sociais que favorecem essas violações.

Consideramos que é urgente e vital proteger a dignidade humana de todos, por toda a vida, em particular quando ela é mais vulnerável, i. é, no seu começo e no seu fim, na doença e na exclusão da comunidade humana. Qualquer discriminação baseada na classe, na raça, no sexo, na crença, assim como a separação forçada de famílias viola profundamente a dignidade humana. Rejeitamos o emprego da tortura e da pena de morte, sejam quais forem as circunstâncias. Iremos trabalhar pela implantação de todos os acordos sobre os direitos humanos.

74. Consideramos um escândalo e um crime que continuem a ser infligidos danos irreversíveis sobre a criação. Estamos a ganhar consciência de que é necessária uma nova relação entre os seres humanos e o resto da natureza. Não queremos continuar a resolver os problemas à custa dos outros. Ou engendrando novos problemas adicionais. Iremos trabalhar para uma nova ordem internacional ambiental.

75. Consideramos ser urgente e vital para a humanidade a abolição da instituição da guerra e a superação da dissuasão baseada nas armas de destruição massiva. Sentimos a necessidade de uma libertação progressiva do mundo de todas as armas de destruição massiva. Comprometemo-nos na resolução não-violenta dos conflitos no mundo inteiro. Iremos trabalhar para uma ordem internacional de paz. Em particular, devemos alcançar conjuntamente tratados concretos que constituam a base para uma ordem internacional pacífica.

76. Consideramos ser urgente e vital perceber que os recursos desta terra são para ser partilhados com as gerações vindouras e com a vida futura. Comprometemo-nos a adoptar um estilo de vida novo nas nossas igrejas, sociedades, famílias e comunidades.

77. Enquanto Cristãos, nós vivemos em aliança com Deus, connosco e com toda a criação. Somos todos parte do Corpo uno de Cristo. Porque Deus muda os corações e os espíritos, nós fazemos aliança uns com os outros. A nossa fidelidade primeira pertence-Lhe. Todas as outras fidelidades (nacional, cultural, social, etc.) derivam e, ao mesmo tempo, são inspiradas pela nossa fidelidade a Deus e à Sua aliança. Este é o fundamento para o nosso empenhamento na justiça, na paz e na integridade da criação.

Coleção (Re)Pensar a Religião

Paralelamente à periódica edição da *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, o Centro de Estudos de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias publica também uma série monográfica sobre temas da sua área de pesquisa e estudo, fruto do trabalho de investigação do seu corpo de docentes e investigadores.

- Vol. I *A Questão do ~~Áyoc~~ e os Discursos de Jesus na Evangelho de São João*
Pedro Figueiredo
- Vol. II *A Short Grammar of the Harappā Language*
José Carlos de Calazans
- Vol. III *Breve Instrução Cristã*
João Calvino
- Vol. IV *Baal, ADN de Deus*
Paulo Mendes Pinto
- Vol. V *Religião & Ofensa*
As Religiões e a Liberdade de Expressão
Vv. Aa.
- Vol. VI *Leitura (Im)possível de Uma Visita*
Significado e o não-visível na visita de Bento XVI a Portugal
Joaquim Franco
- Vol. VII *A Bíblia e suas edições em Língua Portuguesa*
200.º Aniversário da primeira edição bíblica em Português
da Sociedade Bíblica / 1809-2009
Vv. Aa.
- Vol. VIII *As contingências e as incidências do pensamento*
de João Calvino
Revisitadas e reflectidas nos 500 anos do seu nascimento
Vv. Aa.
- Vol. IX *Justiça, Paz e Integridade da Criação*
Maria Julieta Mendes Dias

